



Reitor: Roberto Leal Lobo e Silva Filho
Vice-reitor: Ruy Laurenti

EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Presidente: João Alexandre Barbosa
Assessor da Presidência: Duda Machado
Diretor Editorial: Plínio Martins Filho

Comissão Editorial:

Presidente: João Alexandre Barbosa. Membros: Celso Lafer, José E. Mindlin, Luiz Bernardo F. Clauzet e Oswaldo Paulo Forattini.

PERESTROIKA

Desafios da Transformação Social na URSS

edusp

Lenina Pomeranz (org.)

Aganbeguian – Abalkin – Petrakov – Borozdin –
Nikiforov – Zazlavskaja – Karpinski – Gudkov – Levada
– Levinson – Sedov – Kon – Popov – Starovoitova

PERESTROIKA

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Perestroika: desafios da transformação social na URSS / Lenina Pomeranz (org.). -
São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

1. Socialismo - União Soviética 2. União Soviética - Condições econômicas -
1985- 3. União Soviética - Condições Sociais - 1985- 4. União Soviética - História -
1985- 5. União Soviética - Política e governo - 1985- I. Pomeranz, Lenina.

ISBN: 85-314-0017-1

CDD-947.085
-320.53150947
-320.947085

90-2056

-330.947085

Índices para catálogo sistemático:

1. Perestroika: União Soviética: História 947.085
2. União Soviética, 1985- : Condições econômicas 330.947085
3. União Soviética, 1985- : Condições sociais 947.085
4. União Soviética, 1985- : História 947.085
5. União Soviética, 1985- : Política 320.947085
6. União Soviética, 1985 : Socialismo marxista: Ciência política 320.53150947

Direitos reservados à:

© Edusp - Editora da Universidade de São Paulo
Av. Prof. Luciano Gualberto, Travessa J, nº 374
6º andar - Ed. da Antiga Reitoria - Cidade Universitária
05580 - São Paulo - SP Fax: (011) 211-6988
Tel.: (011) 813-8837/813-3222 r. 2633

1990

SUMÁRIO

Sobre os Autores	9
Introdução	
Lenina Pomeranz	11

Parte I - ECONOMIA

1. Uma das Lições Econômicas da <i>Perestroika</i> Abel Aganbeguian	49
2. Problemas e Contradições da Economia Soviética no Período de Transição Leonid I. Abalkin	67
3. Problemas Atuais da Formação do Mercado na URSS Nicolai I. Petrakov	85
4. Reforma Radical do Sistema de Preços na URSS: Problemas e Soluções I. V. Borozdin	97
5. Reestruturação (<i>Perestroika</i>) do Mecanismo de Funcionamento da Esfera Agroindustrial L. V. Nikiforov	117

Tatiana I. Zaslavskaja. Socióloga economista. Acadêmica. Diretora do Instituto de Pesquisas da Opinião Pública da URSS. Deputada do Congresso de Deputados do Povo da URSS.

Len Karpinski. Candidato em Ciências Históricas. Observador político do jornal *Novidades de Moscou*, editado em vários idiomas.

L. Gudkov, candidato a doutor em Filosofia, *Iuri Levada*, doutor em Filosofia; *Aleksei Levinson*, candidato a doutor em Crítica de Arte e *Leonid Sedov*, candidato a doutor em História são pesquisadores do Centro de Pesquisas da Opinião Pública da URSS.

I. Kon. Doutor em Ciências Filosóficas. Pesquisador sênior do Instituto de Etnografia da Academia de Ciências da URSS.

Nicolai Popov. Doutor em Ciências Históricas. Pesquisador sênior do Centro de Pesquisas da Opinião Pública da URSS.

Galina Starovoitova. Doutora em Ciências Econômicas. Pesquisadora sênior do Instituto de Etnografia da Academia de Ciências da URSS. Deputada do Congresso de Deputados do Povo da URSS e Deputada do Congresso de Deputados do Povo da República Federativa da Rússia.

Lenina Pomeranz

A *perestroika*, como diz o título deste livro, constitui um processo de transformação global do sistema socialista na URSS.

Este processo envolve transformações básicas na economia, mas contempla, também, inclusive, para assegurá-las e consistentemente levá-las a cabo, transformações na esfera das instituições sociais e políticas. A *glasnost* (transparência), como abertura democrática, abriu caminho para a reforma do Estado e para as discussões ideológicas, nas quais a reconstrução da história e a crítica da burocracia e das deficiências da organização social, assim como da formação do homem soviético, substituindo a versão formal da realidade, identificam as questões reais que hoje se põem no país.

A perplexidade diante do caráter radical das propostas de reconstrução do sistema atingiu não só os críticos do mesmo, mas também aqueles que comungam dos ideais do socialismo, como expressão de emancipação humana e social. No primeiro caso, a perplexidade adveio diante da inesperada e impiedosa autocrítica do sistema, feita sem aparente pressão de movimentos sociais nesse sentido, ou seja, feita do alto. A perplexidade juntou-se a desconfiança em relação às transformações propostas, desconfiança essa que só se desfez – ainda que não totalmente – durante o dramático desenrolar dos acontecimentos que tiveram lugar nos países do Leste europeu.

No segundo caso, a perplexidade adveio da revelação das condições reais de funcionamento do sistema, seja na esfera da economia, seja na es-

fera social e política, e aumentou diante da direção que assumiram os referidos acontecimentos no Leste europeu.

São muitas, portanto, as indagações que se põem e para as quais não há respostas prontas ou acabadas. Em relação à experiência histórica do passado, ainda há muito que estudar. Em relação ao futuro, só o acompanhamento da *perestroika*, do contraditório e conflituoso processo de transformação que representa, permitirá delinear os novos contornos do sistema.

Este livro pretende ser uma contribuição para esse acompanhamento. A idéia de sua edição surgiu depois de uma viagem de estudos de três meses à URSS entre setembro e dezembro de 1988, durante a qual foi possível compilar, seletivamente, o conjunto de textos que pareceu o mais apropriado para introduzir a *perestroika* ao público acadêmico e não acadêmico interessado no tema. Dificuldades no setor editorial retardaram o projeto até que a Edusp assumiu a iniciativa de publicação do livro.

A evolução dos acontecimentos, porém, tornou a seleção dos textos parcialmente superada; já não se tratava, em fins de 1990, de "introduzir" a *perestroika*, mas de observar e avaliar o seu amadurecimento e as modificações que sofreu no processo de sua implementação. Com isto, foram substituídos alguns textos na área de economia e acrescentados outros dois, relativos à situação político-partidária e à questão das nacionalidades, passando-se para a introdução, uma apresentação da *perestroika* e de sua evolução.

O livro é, assim, composto de duas partes.

Na primeira, apresenta-se a estratégia da *perestroika*, as bases que levaram à sua formulação e os instrumentos com que está sendo gradativamente implementada. A segunda parte, consta de textos de autores soviéticos, selecionados para cobrir os aspectos econômicos, sociais e políticos da *perestroika*, em seu momento mais recente de implementação.

I. A PERESTROIKA E SUA EVOLUÇÃO

1. As Bases para o Surgimento da Perestroika

A *perestroika* surgiu como uma necessidade do sistema, como um resultado do aprofundamento de uma crise que nele vem se gestando desde longa data.

A partir dos anos cinquenta, depois de um continuado período de crescimento a taxas bastante elevadas¹, a economia soviética revelou uma

1. Sobre o ritmo real de crescimento da economia soviética ao longo dos anos, há hoje na URSS, uma discussão em torno da revisão dos seus indicadores. Iniciada com um célebre artigo de V. Seljunin, "Lukavaia Tsifra" (O dado enganoso), publicado na revista *Novi Mir*, n. 2 de 1987, foi objeto de um levantamento no livro recém-publicado de N. Shmelev e V. Popov (*The Turning Point. Revitalizing the Soviet Economy*, London, I.B. Tauris & Co Ltd., 1990). Nos termos desta discussão, o crescimento

desaceleração no seu ritmo de crescimento, culminando com quase estagnação nos anos oitenta².

Esta tendência decrescente no ritmo de desenvolvimento econômico não pôde deixar de se refletir nos indicadores sociais e na qualidade de vida do cidadão soviético: em conferência pronunciada em outubro de 1987, na Sociedade Znanie (Conhecimento) de Difusão Científica, Abel Aganbeguian, referindo-se à quase estagnação da economia nos últimos quinze anos, indica que, por conta da redistribuição de recursos da esfera social para a esfera produtiva, 17% das famílias soviéticas ainda não possuem habitação individual; a mortalidade aumentou de 6,7/1000 habitantes em 1960 para 10,8/1000 em 1980 e a longevidade reduziu-se no mesmo período de 70 para 68 anos; a situação do abastecimento alimentar deteriorou-se consideravelmente, não obstante a maior importação de grãos, inclusive para ração animal; e a produção de bens de consumo popular, na indústria leve, praticamente estagnou, por obsolescência tecnológica e ausência de investimentos na sua renovação³.

Com a ascensão de Gorbachev, em 1985, depois de curta gestão de Andropov e Tchernenko, foram tomadas as primeiras grandes decisões para reverter a situação herdada do período anterior, denominado na literatura soviética de Período de Estagnação. Estas, porém, ainda seguiram o procedimento tradicional, mantendo-se nos marcos do mecanismo vigente de funcionamento da economia. Avaliando a referida situação, como sendo um resultado do esgotamento do modelo de crescimento extensivo da economia⁴, o governo adotou um programa de intensificação do processo econômico, mediante inovação tecnológica.

Na análise do processo de implementação desse programa e de seus resultados, percebeu-se que a situação tinha raízes mais fundas, no próprio mecanismo de funcionamento da economia; e que envolvia tanto a estratégia de desenvolvimento, que priorizava o Departamento I da econo-

econômico soviético teria se realizado a um ritmo muito menor que o evidenciado pelas estatísticas oficiais por erros de procedimento estatístico - coleta de dados e seu tratamento, particularmente na constituição dos índices deflatores do Produto. De acordo com Shmelev e Popov, com base nas estimativas alternativas feitas por economistas por eles referenciados, a superestimação nos dados oficiais é sistemática depois do final dos anos vinte e particularmente nos anos trinta e setenta. De qualquer forma, ainda que superestimado, o crescimento econômico soviético se fez a taxas que podem ser consideradas elevadas.

2. Segundo Shmelev e Popov, *op. cit.* Este comportamento se confirma nos dados oficiais, com diferença nos anos oitenta, em que os mesmos indicam ter havido crescimento, ainda que baixo. A taxa média anual de crescimento da Renda Nacional Produzida (equivalente ao Valor Adicionado) da URSS foi de 10,0% na década de cinquenta; 7,1% na década de sessenta; 5,7% entre 1971 e 1975; 4,3% entre 1976 e 1980; 3,2% entre 1981 e 1985 e 2,8% entre 1986 e 1988. Fonte: *Naródnoe Khoziaistvo SSR (A Economia da URSS)*, Goskomstata (Comitê Estatal de Estatística da URSS), Moscou, Ed. Financi i Statistiki, vários anos.
3. *Perestroika v Ekonomike. Problemi, Zadatchi i Pervie Itogi (Perestroika na Economia, Problemas, Tarefas e Primeiros Resultados)*, Moscou, Bcesoyusnoe Obchestvo Znania (Sociedade Conhecimento), mimeo., 1988.
4. É o crescimento que depende da adição de mão-de-obra (emprego), insumos e equipamentos, sem aumento da produtividade. Em outros termos, depende mais da criação de novas unidades de produção que da renovação e modernização das existentes.

mia, produtor de bens de produção, em detrimento do Departamento II, produtor de bens de consumo, quanto o sistema de gestão.

A prioridade sempre concedida ao setor de bens de produção tem como base o esquema marxista de reprodução ampliada, no qual um ritmo mais acelerado de crescimento da economia é assegurado pelo crescimento mais rápido desse setor. Quanto ao sistema de gestão, o planejamento centralizado, nas condições de uma economia que combina um crescimento acelerado como seu objetivo precípua e uma escassez continuada de recursos, acabou transformando-se num sistema cada vez mais burocratizado de monitoramento da atividade das unidades econômicas. E, na medida em que os objetivos da produção eram considerados objetivos políticos, esse sistema de monitoramento burocrático foi reforçado pela atuação concomitante e interdependente do Partido Comunista, a partir de cujas diretrizes são definidos os objetivos do plano e cuja estrutura era (ainda é) análoga à estrutura verticalizada da administração estatal⁵. Dado o regime monopartidário e o papel exercido pelo PCUS na sociedade soviética, o monitoramento burocrático estendeu-se a todas as esferas da vida social, assegurado historicamente por várias formas de autoritarismo político.

É exatamente esta relação de interdependência entre o aparelho partidário e o aparelho de Estado, no controle da economia e da sociedade que explica a necessidade de uma transformação global, envolvendo as instituições políticas e o próprio Estado, a fim de assegurar a reconstrução da economia. E é isto que diferencia a *perestroika* das reformas econômicas que a precederam. A *perestroika*, mais que uma reforma econômica, pretende reconstruir todo o sistema, promovendo ao mesmo tempo uma reforma política e social.

O processo foi deslanchado concomitantemente com uma abertura democrática (*glasnost*) que, como a própria *perestroika*, foi se ampliando de modo gradativo ao longo destes anos; e por uma redefinição da política exterior da URSS. Ambas se apresentam como peças fundamentais na estratégia de reconstrução do sistema explicitada no livro escrito por Gorbachev⁶ e divulgada no mundo inteiro.

A par do restabelecimento da democracia como valor universal explicitamente aceito pela nova direção do país, a *glasnost* tem essa im-

5. Na estrutura partidária, o secretariado do Comitê Central supervisiona 21 Departamentos funcionais, num controle muito extenso sobre Ministérios e Comitês do Estado, sob sua competência. A vinculação entre o Partido e o Estado se dá pelo duplo exercício de funções, por membros da direção partidária, nos órgãos do Estado e nos órgãos análogos da estrutura partidária. Este sistema funciona de forma equivalente em todos os níveis da administração estatal, guardadas as diferenças na estrutura administrativa e no PC em cada um deles. O PC, ao mesmo tempo que tem o poder de orientar e controlar as decisões dos órgãos locais do poder, indica também as pessoas de sua confiança para funções administrativas, inclusive nas empresas. Ver G. Duchêne, *L'Économie de L'URSS*, Paris, Éditions La Découverte, 1987.

6. M. S. Gorbachev, *Perestroika. Novas Idéias para meu País e o Mundo*, São Paulo, Ed. Bestseller, 1988.

portância estratégica fundamental nas condições específicas da URSS porque: i) a discussão democrática das questões econômicas e sociais, com crítica impiedosa do passado, permite diferenciar a atual direção do país e a sua disposição de mudar a ordem das coisas: há, desde o início da *perestroika*, um grande esforço para desvincular o autoritarismo e as repressões ocorridos no passado histórico, bem como a corrupção e a inépcia administrativa, caracterizados como deformações dos períodos stalinista e brejneviano, do socialismo enquanto sistema e que se pretende restabelecer; ii) a discussão democrática, liberando a crítica antes reprimida, permite restabelecer a unidade entre a realidade da vida econômica e social e o discurso anteriormente idealizado e enganador dessa realidade⁷, identificando, com isso, os seus problemas e dificuldades, num primeiro passo para enfrentá-los; iii) através da discussão democrática, que pressupõe a participação da população, pensa-se assegurar a chamada "mobilização do fator humano", o estímulo à iniciativa, que se considera indispensável para o novo modelo de reconstrução da economia.

Quanto à reformulação da política externa, com a proposição de estabelecimento da Casa Comum Européia, após as iniciativas unilaterais e os acordos para a redução de armamentos, a sua importância estratégica pode ser vista sob dois aspectos principais: i) a necessidade interna de reduzir os dispêndios com a defesa, para direcionar os recursos para a reconstrução econômica. Não é exagero afirmar que a URSS perdeu a guerra fria e a corrida armamentista; quando se observa que os gastos declarados com a defesa no orçamento do Estado para 1990⁸, mesmo reduzidos em relação aos realizados em 1988 e 1989, chegam a 14,5% do total de gastos do Estado, e os investimentos para a produção de bens de consumo e serviços à população somam somente 3,6% desses gastos, em meio aos tremendos esforços para reduzir o déficit declarado do orçamento, de 80 bilhões de rublos, não se pode deixar de vincular a obsolescência do seu parque produtor e as precárias condições da economia aos recursos despendidos na corrida armamentista. Há quem diga que, trabalhando com maior produtividade e eficiência, a URSS poderia manter os seus dispêndios militares e melhorar as condições de vida de sua população. Mas é crescente o número dos que pensam ser indispensável a redução dos dispêndios militares. E a conversão da indústria militar em indústria para a produção civil vem corroborar esta última posição; ii) a necessidade de não ficar à margem da revolução tecnológica, bem como da reestruturação econômica internacional, vislumbrada com a unificação européia em 1992 e a conseqüente reorganização dos blocos econômicos internacionais.

Nos primeiros passos dados para a implantação da *perestroika*, embora sabendo o que precisava ser reformado, não se tinha uma definição

7. De acordo com alguns pesquisadores sociais, o homem soviético se caracterizava pela utilização de pelo menos duas linguagens: uma para uso externo, outra na cozinha de sua casa.

8. *Ekonomika i Gissn* (Economia e Vida), n. 15, abril 1990.

mais precisa sobre onde se queria chegar, qual o novo modelo de sociedade a construir. Só mais recentemente se criou o objetivo de instauração de um "socialismo humanitário e democrático", ainda que também sem defini-lo de forma suficientemente precisa⁹. Só o desenrolar da *perestroika* dirá, por entre as contradições do seu processo, como será esse novo modelo.

Cabe, agora, passar à apresentação das linhas que seguem as reformas econômica e política.

2. A Reestruturação Econômica Proposta

Para compreender o sentido da reconstrução econômica proposta e avaliá-la, convém, de início, entender como funciona o sistema econômico que se pretende reformar.

Este funcionamento é sumariamente apresentado em dois planos: um formal, que expressa a estrutura da economia e o mecanismo de sua gestão; e o outro, em que se busca identificar a lógica que decorre dessa estrutura formal, para o seu funcionamento real.

a) A Estrutura Formal da Economia e o seu Sistema de Gestão

A economia soviética tem como fundamento a propriedade estatal dos meios de produção; o que significa que todas as empresas e unidades produtivas são estatais. Existe um setor cooperativo, constituído pelas cooperativas agrícolas – os *kolkhozes* –, as cooperativas de consumo – responsáveis pelo aprovisionamento nas zonas rurais – e as cooperativas habitacionais. Trata-se, porém, no caso das duas últimas, de organizações de importância marginal nas suas áreas de atuação: a atividade das cooperativas de consumo representa um pouco mais que 1/4 das vendas de varejo na zona rural, e as cooperativas habitacionais respondem por apenas 7% da área habitacional construída anualmente¹⁰. Quanto aos *kolkhozes*, muito mais importantes como organizações no setor agrícola, funcionam de fato nas mesmas condições econômicas e sob o mesmo esquema gerencial que os *sovkhoses* – empresas agrícolas estatais –, isto é, são sujeitos aos mesmos procedimentos de planeamento, os seus preços são fixados centralmente, os *kolkhozianos* recebem salário independente dos resultados da produção e os *kolkhozes* deficitários são subvencionados pelo Estado. Nestas condições, pode-se generalizar a natureza estatal da propriedade dos meios de produção na URSS.

A propriedade estatal é distribuída entre as empresas dos diferentes setores, as quais são subordinadas, do ponto de vista de sua gestão, a ministérios setoriais, que sobre elas exercem direção e controle. As empresas subordinam-se ainda, quanto a normas de exercício de sua atividade, a

9. Um dos ensaios desse livro, de L. Abalkin, trata precisamente do modelo que se pretende alcançar.

10. Ver G. Duchêne, *op. cit.*

Comitês Estatais Funcionais, dos quais os mais importantes são: o do planeamento (Gosplan), o da construção (Gostroi), o dos preços (Goskomtsen), o da padronização (Gostandart), o do trabalho, salários e questões sociais (Goskomtrud), o de suprimento (Gossnab) e o de informação tecnológica (Goskomitet po Nauke i tehniki). Para as empresas do setor agroindustrial, existe o Comitê Agroindustrial (Gosagroprom).

As empresas, dependendo do seu significado econômico – linha de produção e dimensão –, são subordinadas diretamente a ministérios de âmbito federal, ou aos de âmbito republicano ou local. O mesmo esquema de subordinação existe em relação à vital questão do suprimento: dependendo da importância da empresa, o suprimento de insumos, equipamentos e demais materiais é assegurado pelo Comitê de Suprimento Federal (que responde pelo suprimento intersetorial) ou pelos ministérios republicanos e/ou locais (que respondem pelo suprimento das empresas que lhes são subordinadas), que funcionam como o correspondente setorial do Comitê de Suprimento Federal, executando suas diretrizes e fornecendo-lhes as informações necessárias relativas às empresas e respectivos planos de produção.

As relações entre as empresas, entre estas e as unidades familiares (fornecedoras de força de trabalho e consumidores de produtos finais de consumo) e entre estas e o exterior (transações internacionais) realizam-se de forma diferenciada, ainda que sob as regras e comando dos órgãos de gestão.

As relações entre as empresas são estabelecidas na base dos seus planos de produção e vendas; uma vez definidos estes planos, as empresas solicitam os recursos materiais de que necessitam e são então informadas pelos órgãos supridores (Comitê de Suprimento Federal ou seu correspondente nos ministérios locais) a que as empresas supridoras estão vinculadas. O procedimento é análogo para a colocação da produção. As transações realizam-se então através de contratos, a preços fixados centralmente – de forma direta ou por meio de normas para a sua formação, fixadas centralmente, inclusive para produtos novos e para compensar melhorias de qualidade dos produtos de produção corrente. O pagamento das transações é feito com moeda escritural, isto é, por compensação bancária, feita através do Banco Estatal.

As relações das empresas com as unidades familiares se realizam em moeda corrente, para pagamento dos salários; na outra direção, as empresas comerciais recebem moeda corrente pela venda de bens de consumo, adquiridas pelas unidades familiares. A escala funcional dos salários é definida centralmente, através do Comitê Estatal do Trabalho, Salários e Questões Sociais. O nível destes salários pode ser nominalmente alterado, no entanto, através de pagamento de trabalho extra e dos bônus e prêmios que são distribuídos pelas empresas, a partir dos seus lucros. À remuneração dos camponeses, na forma de salários ou rendimento regular, acres-

centa-se a renda resultante da venda – em moeda corrente – dos produtos da exploração individual autorizada de uma fração de terra dos *kolkhozes* e *sovkhozes*. De uma maneira geral, os preços desses produtos são bastante mais elevados que os preços fixados pelas autoridades centrais para a compra da produção total do *kolkhoz*, seja quando esses produtos são vendidos nos mercados kolkhozianos livres das cidades, seja quando são vendidos a organizações estatais (órgãos de abastecimento e/ou empresas que os adquirem para fornecimento aos seus empregados). Os bens de consumo são adquiridos na rede estatal de sua distribuição por preços fixados centralmente e mantidos mais ou menos constantes por longos períodos de tempo, com exclusão, como já se mencionou antes, das variações autorizadas para produtos que apresentem melhorias de qualidade.

As relações das empresas com o exterior são centralizadas no antigo Ministério do Comércio Exterior (hoje Ministério das Relações Econômicas com o Exterior) da URSS. Este ministério adquire os produtos das empresas por preços internos e os vende ao exterior, aos preços internacionais, fazendo o inverso com as importações. O rublo não é uma moeda conversível; desta forma as empresas que têm transações com o exterior acertam suas contas em rublos internos – o rublo-divisa – segundo uma taxa que varia por produto de acordo com múltiplos critérios, de essencialidade, competitividade e contribuição ao balanço de divisas. Há que ressaltar, contudo, que os preços internacionais não exercem qualquer efeito sobre a formação do preço interno, fixado centralmente para os produtos transacionados. O saldo das transações com o exterior, feitas centralizadamente através dos ministérios, é incluído no orçamento do Estado.

Há que acrescentar ainda as relações que a empresa estabelece com o Banco Estatal. Além da manutenção de suas contas, as empresas recorrem ao Banco para obtenção de créditos, que lhes são geralmente concedidos sem restrições, desde que a necessidade deles seja indicada no plano de produção da empresa ou resultante de correções que nele tenham sido introduzidas, em acordo e com aprovação do Ministério ao qual se subordina a empresa.

Em síntese, o conjunto de relações que se estabelecem na economia soviética entre as empresas produtoras, entre estas e as empresas comerciais, entre elas e os consumidores finais, entre elas e o setor externo e o setor bancário, são reguladas administrativamente, com base no planejamento.

Muito embora, como se verá adiante, a empresa participe da elaboração do seu plano de produção, técnico e financeiro, num processo de negociação de suas metas e indicadores de controle, é muito reduzida a autonomia empresarial. Os preços são fixados centralmente e exercem, assim como o crédito, uma função passiva. E a mobilização dos seus recursos financeiros, para investimento, depende de aprovação ministerial.

É o planejamento que norteia a atividade da empresa e a alocação dos recursos sociais.

O processo formal de planejamento na URSS realiza-se através de um conjunto de planos, de diferentes horizontes de implementação e graus de detalhamento.

Há os planos de longo prazo: i) os *planos prospectivos*, que cobrem dez a quinze anos e que constituem, na realidade, diretrizes de desenvolvimento, explicitando a estratégia desse desenvolvimento a ser seguida no horizonte indicado; ii) e os *planos quinquenais*, que são historicamente a forma assumida pelo processo de planejamento desde a sua implementação no final da década de vinte. Eles são uma expressão quantitativa das direções referidas anteriormente e definem as metas a alcançar em cada lustro. Estas metas são fixadas em termos de taxas de crescimento em relação ao quinquênio anterior, das principais variáveis macroeconômicas – Renda Nacional, Investimento e sua Composição (Departamentos I e II da economia, ou “A” e “B”, como são oficialmente definidos), Consumo, Comércio Externo –, bem como dos setores econômicos da produção dos produtos mais importantes e do nível de emprego.

E há os planos operativos anuais, que são uma decomposição dos planos quinquenais, realizada já setorialmente pelos respectivos ministérios, para execução pelas empresas a eles subordinadas.

As diretrizes de longo prazo, assim como as que se consubstanciam nos planos quinquenais, são definidas pelo PCUS e aprovadas pelo Soviete Supremo, especialmente convocado para esse fim. A elaboração do plano quinquenal correspondente a cada lustro inicia-se cerca de dois anos antes do quinquênio a que se refere, com a formulação de “dados de controle” para discussão com os ministérios. Estes “dados de controle” são estimativas preliminares elaboradas pelo Gosplan das metas que traduzem as diretrizes referidas, com base na orientação partidária e nas restrições de ordem técnica e de recursos que se põem para a definição dos objetivos quantitativos a alcançar.

Os ministérios, a quem cabe a responsabilidade pela operacionalização do plano, analisam os “dados de controle” decompostos em bases anuais e os discutem com as empresas subordinadas, negociando posteriormente com o Gosplan as eventuais alterações em sua área. A partir desse processo de negociações entre as empresas e os ministérios e entre esses e o Gosplan, é formulado o plano quinquenal, que é submetido ao Conselho de Ministros e ao Soviete Supremo, depois de aprovado pelo Politburo do PCUS. Uma vez aprovado no Soviete Supremo, o plano se torna lei e serve de base para a elaboração dos planos operativos anuais.

Como estes planos são os que de fato orientam a operação do sistema, eles são objeto de uma elaboração muito detalhada, visando assegurar o equilíbrio, tanto entre variáveis agregadas – investimento/oferta de bens de investimento, bens de consumo/renda em poder do consumidor

– quanto entre a produção e a utilização física dos produtos em maior dificuldade de equilíbrio. Os bens de maior importância, em número que, dependendo da fonte da informação, varia entre 2 000 e 3 000, ficam sob responsabilidade direta do Gosplan; destes, 300 a 400 são considerados sujeitos à distribuição através de fundos, distribuição essa que deve ser aprovada pelo Conselho de Ministros. O Gosplan, diretamente ou através de sua administração descentralizada, é responsável pelo balanço de 15 000 a 18 000 produtos, ficando os ministérios setoriais com outros 40 000 a 50 000 grupos de produtos.

Os balanços são elaborados com base em informações relativas à produção e à utilização de cada um deles nas empresas, as quais ajustam os seus planos quando se verifica um desequilíbrio entre a demanda e a oferta do produto em questão.

A formulação dos planos anuais segue aproximadamente os mesmos procedimentos da formulação dos planos quinquenais: durante o primeiro trimestre do ano que precede o ano a que se refere o plano são estabelecidos os “dados de controle” para o referido ano. Estes dados setorializados são enviados pelo Gosplan aos ministérios, que os desagregam para as empresas. Estas, a partir dos resultados obtidos no ano anterior, avaliam os “dados de controle” recebidos e durante o segundo e o terceiro trimestres negociam com os ministérios as metas finais que devem ser objeto do seu plano anual.

Este plano, conhecido como plano de produção, técnico e financeiro (*techpromfin*) é elaborado até setembro do ano que precede o ano planejado e especifica as metas da atividade da empresa em seis grandes categorias: produção, insumos, introdução de nova tecnologia, investimento, emprego e desenvolvimento social, e finanças¹¹. O plano de produção fixa o volume de vendas da empresa, além de metas físicas para os produtos estratégicos. O plano de insumos especifica os volumes padronizados de insumos a serem utilizados na produção, bem como as fontes de insumos, inclusive autorizações para realização de contratos diretos com as empresas supridoras indicadas pelos órgãos superiores. O plano de introdução de nova tecnologia especifica as inovações em produtos/processos que a empresa deve introduzir no ano de planejamento. O plano de investimento especifica os projetos de investimento aprovados e inclui as autorizações para adquirir o equipamento e contratar os serviços de construção necessários¹².

11. Conforme A. Hewett (org.), *Reforming the Soviet Economy*, Washington, The Brookings Institution, 1988.

12. Convém descrever sumariamente o procedimento para o planejamento dos investimentos nos planos anuais, no qual se enquadra a empresa. Feitos os balanços das capacidades de produção existentes, são estabelecidos os investimentos que devem ser realizados por cada setor anualmente. Estes investimentos são divididos em *tetos* ou *limites*, que não devem ser ultrapassados por cada empresa e ministério, da mesma forma que pelo Conselho de Ministros. Um candidato a investimento elabora um

O plano de emprego e desenvolvimento social especifica o volume máximo de emprego por tipo de qualificação de mão-de-obra, o limite máximo a ser despendido com a folha de salários e as normas relativas à utilização do lucro para distribuição de prêmios de incentivo material e para fins sócio-culturais. O plano financeiro especifica os fluxos financeiros da empresa: lucros, empréstimos e serviço da dívida, fundos de reserva.

A coordenação centralizada e o acompanhamento da atividade das empresas, isto é, da implementação dos planos das empresas, é feita através de um conjunto de indicadores que expressam as metas principais que devem ser cumpridas.

A fim de assegurar a implementação do plano, é utilizado um sistema de incentivos e de sanções a que se sujeita a empresa conforme alcance ou não as metas planejadas. O sistema de sanções é menos referenciado na literatura especializada, mas inclui, além do não recebimento dos bônus e prêmios que estão vinculados ao cumprimento das metas, a exoneração dos diretores das empresas. Quanto aos incentivos materiais – os ideológicos são de pouca eficácia, a não ser em relação a esforços específicos e esporádicos – são constituídos por prêmios de produção ao pessoal e recursos para investimentos em equipamentos sociais e são proporcionados através dos Fundos de Incentivos Materiais e de Desenvolvimento Social, formados por parcelas definidas do lucro das empresas. A constituição desses fundos está associada a três metas básicas: volume de vendas, rentabilidade do capital e produtividade do trabalho.

b) *O Funcionamento Real do Sistema*

O funcionamento real do sistema distancia-se bastante do quadro traçado anteriormente. O seu mecanismo real é comandado por uma lógica que, de certa forma, desestrutura o sistema formal de gestão planejada.

Esta lógica assenta-se em dois fatores interligados: a opção por um crescimento acelerado e a escassez de recursos para implementá-lo. De acordo com Kornai¹³, que caracteriza as economias socialistas “clássicas” como economias comandadas por restrições de recursos (*resource-constrained systems*), essa escassez de recursos resulta da “fome de investimento” que expressa o impulso à expansão inerente ao sistema, diante da inexistência de limites financeiros às empresas para realizar esta expansão. Em outros termos, quando as empresas não têm restrições orçamentárias à sua expansão. Na ausência desses limites, e movidas pela necessidade de

anteprojeto do mesmo, com base em normas técnicas fixadas centralmente. O Gostroi (Comitê Estatal da Construção) examina a viabilidade do projeto e o encaminha para detalhamento e orçamento. Este, distribuído num cronograma anual, é submetido às autoridades superiores, que são sujeitas aos *tetos* referidos. Chega-se, assim, a uma lista de projetos que constituem o chamado plano de investimentos. A autoridade central autoriza o financiamento necessário, mesmo que parte considerável dos recursos já estejam à disposição das empresas e ministérios. Conforme G. Duchêne, *op. cit.* p. 86

13. J. Kornai, “Resource-Constrained versus Demand-Constrained Systems”, *Econometria*, vol. 47, n. 4, July 1979.

* com hin-
mas projetos
+ im fin e
+ Gosplan
+ projetos em
portugal e
ministérios
out -

cumprir planos tensos e de crescer, as empresas tornam-se “demandantes insaciáveis” de recursos. Em termos macroeconômicos, inicialmente se processa uma drenagem de recursos dos setores produtores de bens de consumo, cuja demanda é limitada pelos orçamentos familiares, para o setor produtor de bens de produção, onde não existem restrições financeiras à demanda por recursos para expansão. A escassez atinge então com mais força o setor de bens de consumo. Num segundo momento a escassez de recursos generaliza-se para todo o sistema. Na medida em que a crônica falta dos mesmos cria incertezas quanto à sua obtenção, surge nas empresas uma tendência à sua estocagem, o que pressiona mais a demanda por eles e amplia a sua escassez.

N. Petrakov, hoje assessor direto de Gorbachev, se contrapõe ao argumento de Kornai no que diz respeito à ausência de restrições orçamentárias (*soft budget*) como causa do déficit crescente de recursos. Segundo ele, a explicação está mais vinculada à utilização subjetiva e voluntarista dos recursos disponíveis, num processo centralizado de tomada de decisões no qual não são feitas considerações de ordem econômica, isto é, no qual são menosprezadas a eficiência e as relações monetário-mercantis¹⁴.

Pantin e Lapkin, dois economistas soviéticos, caracterizam de forma similar a economia da URSS, ao descrever o que chamam de “industrialização monopolista sem mercado”¹⁵. Este tipo de industrialização que, segundo esses autores, tem raízes ainda na Rússia czarista, se consubstancia no desenvolvimento da indústria pesada, realizado através do Estado, sem considerações com a demanda que seria expressa através do mercado. A expansão industrial se dá pela contínua agregação de recursos materiais e humanos, sem restrições de custo ou considerações de ordem econômica, encontrando limites somente na exaustão desses recursos; a própria introdução do progresso tecnológico, assim como as diferentes transformações estruturais ocorridas na agricultura ao longo do tempo foram, segundo os mesmos autores, funcionais para a conquista de novas áreas de exploração dos recursos naturais e ampliação dos recursos humanos necessários à implementação desse padrão de industrialização.

A economia soviética pode, portanto, ser caracterizada, em seu funcionamento, como uma economia comandada pela oferta e que se norteia pelo objetivo de alcançar rápido crescimento. A este objetivo se subordina o processo de alocação de recursos, sem considerações com os aspectos do seu financiamento ou economicidade. Daí o seu crescimento extensivo. Assumindo que este rápido crescimento se faz a partir do crescimento mais do que proporcional do setor produtor de bens de produção, os recursos são prioritariamente alocados para este setor, segundo o princípio

14. N. Petrakov, *Demokratizatsi Khoziaistvenovo Mekanizma* (Democratização do Mecanismo Econômico), Moscou, Iz. Ekonomika, 1988.

15. V. Pantin e V. Lapkin, “Chto ostanovilos k epohy zastoiya?” (O que se Deteve à Época da Estagnação?), Moscou, mimeo., 1990.

das “cadeias condutoras”, setores que expressam as prioridades adotadas em cada etapa do processo de desenvolvimento.

Durante um certo período, cujo término é marcado por vários autores nos começos dos anos cinquenta, foi possível efetuar uma distribuição centralizada de recursos. À medida, porém, que se acentuou a sua escassez, pelo desequilíbrio entre a sua disponibilidade e a “demanda insaciável” por eles, foram se esgotando as possibilidades de crescimento extensivo (por agregação de recursos materiais e humanos), acentuou-se o desequilíbrio entre a demanda e a oferta de bens de consumo e se gerou a necessidade de uma administração mais detalhada dos recursos disponíveis.

A conseqüência mais imediata foi a expansão da estrutura administrativa estatal¹⁶.

Ao mesmo tempo, porém, a economia tornou-se bastante complexa para tornar ineficaz, se não impossível, o seu controle centralizado, seja pelo número de informações de que este depende; seja pelo funcionamento verticalizado e autarquizado dos ministérios, o qual torna difícil a integração e coordenação intersetorial da economia; seja, enfim, pela ineficácia dos sistemas de incentivo vigente para direcionar a atividade das empresas e de seus coletivos de trabalhadores.

No que diz respeito à incapacidade de obtenção e manejo das informações para a tomada de decisões no planejamento da produção, de cada bem específico, numa economia que produz cerca de 24 milhões de bens diferentes¹⁷, a solução encontrada é a de uma descentralização do seu processo de planejamento e controle. O Gosplan controla somente um número reduzido de produtos estratégicos ao funcionamento do sistema e a alocação intersetorial de investimentos e divisas, de maneira a deter o controle sobre a expansão do sistema. O controle dos demais produtos é delegado ao Gosplan e aos ministérios. Ao mesmo tempo, dois outros procedimentos adotados no processo de planejamento permitem contornar o problema da informação: o planejamento na margem, isto é, o planejamento de taxas de crescimento em relação aos resultados obtidos no período anterior; e a introdução de correções no processo de formulação e implementação dos planos operativos anuais¹⁸.

O mesmo processo de descentralização ocorre com a fixação dos preços. O Goskomsen fixa-os somente para os produtos estratégicos -

16. Segundo Pantin e Lapkin, em 1954 existiam 28 ministérios setoriais centrais (para toda a União e mistos, da União e Repúblicas) e três comitês estatais; no começo dos anos 60, o seu número reduziu-se a aproximadamente duas dezenas; em 1974, esse número subiu para 44 ministérios setoriais centrais e quase duas dezenas de comitês estatais; no começo dos anos 80 o número de órgãos centrais aproximou-se dos 100, sem considerar os quase 800 ministérios e órgãos republicanos. *Op. cit.*, p. 13.

17. A exposição que se segue é fundamentada em E. A. Hewett, *op.cit.*, e N. Shmelev e V. Popov, *op. cit.*

18. É esse processo de introdução de correções (em geral para redução das metas de produção, diante, entre outras razões, da impossibilidade de obtenção de recursos e/ou equipamento), que explica o paradoxo de um ritmo decrescente de crescimento econômico ao mesmo tempo em que as metas planejadas são cumpridas e até superadas.

matérias-primas, energia – e alimentação. Os demais preços são formados nas empresas e ministérios, de acordo com normas estabelecidas pelo Goskomsen¹⁹, que as revê e autoriza. De acordo com fonte soviética citada por Hewett²⁰, o Goskomsen examinaria cerca de 42% das solicitações de revisão de preços dos escalões inferiores, ficando os demais para serem controlados pelos próprios ministérios e outras autoridades. Dado o enorme volume de itens para os quais são propostas revisões de preços (aproximadamente 200 000 por ano), na prática os preços acabam sendo formados nas empresas. Este fato inevitavelmente gera pressão altista sobre os preços, dada a grande concentração econômica da oferta e o excesso de demanda, que gera um “mercado vendedor” por um lado; e a lógica do sistema de incentivos, por outro lado. Esta pressão só não gera maior inflação aberta devido ao relativo controle de preços exercido pelo Goskomsen.

A organização setorial do sistema de planejamento com apoio nos ministérios desenvolveu-se basicamente a partir de meados dos anos sessenta, sucedendo a organização territorial introduzida por Kruschev.

O resultado mais direto deste tipo de administração setorial hierarquizado, face à competição por recursos, é a principal característica estrutural da empresa soviética. Esta é marcada por dois elementos: por uma concentração horizontal (no mesmo setor de atividade) e pela necessidade de agregar divisões menores para produzir os componentes e instrumentos que lhe são necessários somente em pequenas quantidades e cuja oferta é praticamente inexistente, devido à inexistência de empresas menores para produzi-los na estrutura industrial soviética.

A concentração horizontal resulta, na prática, das barreiras criadas à sua integração vertical pela competição interministerial. Ao mesmo tempo, com as divisões destinadas à produção de bens e serviços complementares, a empresa torna-se auto-suficiente e autarquizada, num funcionamento que é com certeza ineficaz do ponto de vista dos custos. Esta, porém, não é uma consideração relevante, no sistema ministerial-setorial de gestão: esta ineficácia torna-se ainda maior com a autarquização dos próprios ministérios, que leva as empresas a estabelecerem relações de troca com outras empresas subordinadas ao mesmo ministério, independentemente da distância – e portanto, dos custos de transporte – que as separam. Este comportamento, aparentemente irracional, tem a sua lógica, na medida em que os ministérios respondem pelo cumprimento dos planos das empresas que lhe são subordinadas e seu prestígio e força política – inclusive para as barganhas por recursos de investimento – dependem dos resultados alcançados pelas mesmas. É preciso, portanto, não correr riscos de suprimento.

19. Em geral, as normas objetivam fixar os preços com base nos custos médios de produção do ramo, mais *markap*.

20. E. A. Hewett, *op.cit.*, p.192.

O sistema de incentivos, constituído por normas de distribuição de bônus que os vinculam a indicadores de desempenho, contribui para reforçar a tendência autarquizante, uma vez que os bônus dependem do cumprimento das metas planejadas e acertadas com os ministérios e órgãos superiores de administração econômica e estas, dos recursos.

Este sistema, porém, apresenta uma série de senões. Um deles é a pequena preocupação com a qualidade da produção, pois os indicadores de desempenho da empresa são basicamente quantitativos. As metas de melhoria da qualidade são consideradas secundárias no conjunto das metas a cumprir pela empresa, ainda quando melhorias de qualidade possam significar elevação de preços e, portanto, maiores bônus. O senão mais importante, porém, está relacionado com a ineficácia do estímulo que propiciam, devida a dois fatores; o primeiro é a estrutura do próprio sistema, que distribui os fundos de incentivo segundo critérios vinculados à folha de salários e ao valor bruto de produção dos ministérios. Esta distribuição resulta de um processo de negociação entre o Gosplan e os ministérios e entre estes e as empresas que lhes são subordinadas e é estabelecido de forma a assegurar, por um lado, um mínimo de segurança às empresas menos eficientes – estas devem ser capazes de pagar a folha de salários e ainda dispor de uma margem, mesmo pequena, para concessão de bônus; e por outro lado, que os bônus não sejam tão altos que diferenciem dramaticamente os trabalhadores de empresas do mesmo ramo. O sistema fixa assim, na prática, um piso e um teto para o volume de bônus a ser distribuído nas empresas, com isso conduzindo, de certa forma, a um igualitarismo distributivo que não premia os melhores desempenhos.

O segundo é o desequilíbrio de oferta no mercado de bens de consumo, que torna inútil a obtenção de maiores rendimentos através dos bônus face à impossibilidade de despendê-los na aquisição de maior bem-estar.

Esta descrição sumária do funcionamento real do sistema²¹ revela que o planejamento centralizado, que em teoria deveria assegurar a alocação de recursos de modo a propiciar um desenvolvimento rápido, mas equilibrado da economia, cedeu lugar a um processo de barganha dos aspectos relevantes da atividade da empresa entre esta e os órgãos da administração econômica em seus vários níveis hierárquicos e de competição por recursos entre os vários agentes econômicos e seus órgãos de gestão. As empresas, mediante tal processo, tentam ajustar-se aos desequilíbrios estruturais crescentes da economia, no bojo dos quais paralelamente surgiu e se desenvolveu uma formidável economia subterrânea. Nela, as empresas diretamente ou através de um agente especializado (*tolkatch*) pro-

21. Esta descrição é extremamente sumarizada, não tocando em outros aspectos importantes do sistema, devido às limitações impostas por esta introdução. É o caso, por exemplo, dos mecanismos de funcionamento e gestão do setor agrícola; ou de outros mecanismos, mediante os quais as empresas se asseguram recursos, como o das encomendas estatais. A linha de raciocínio não fica, porém, prejudicada com essa exclusão.

cedem a trocas de bens de que dispõem em excesso nos almoxarifados ou adquirem os bens e serviços de que têm necessidade e que não podem obter pelos canais regulares de suprimento.

De forma análoga existe, para suprir o desequilíbrio entre a demanda e a oferta de bens de consumo, a chamada segunda economia, constituída pela “soma da produção e trocas que é realizada para ganho privado ou em contravenção das leis existentes”²². É difícil estimar o volume de atividade nessa economia, que é desenvolvida por pessoas dispostas a correr o risco de exercê-la ilegalmente, utilizando tempo e material extraído das atividades regulares exercidas no setor estatal. Dois autores soviéticos, citados por Hewett²³, estimam que em 1984 havia entre 17 e 20 milhões de pessoas (cerca de 15% da força de trabalho naquele ano) empregadas nessa atividade, produzindo uma renda em torno de cinco a seis bilhões de rublos por ano. Eles também estimam que 45% dos serviços de manutenção das habitações urbanas, metade dos serviços de reforma de roupas, 30% dos serviços de manutenção de eletrodomésticos e 40% dos de manutenção de automóveis são realizados na segunda economia.

Fica assim, evidente, que o sistema formal de gestão planejada da economia acaba sancionando, através das diferentes negociações entre os seus agentes, um funcionamento real da economia, cujo mecanismo regulador, segundo Shmelev e Popov é desconhecido ou pouco entendido: “As leis reais de nosso desenvolvimento econômico, nos quadros do sistema econômico administrado, ainda são pobremente entendidas. Nós não sabemos, por exemplo, qual é de fato a trajetória de equilíbrio que a nossa economia segue no tempo. (...) Algum dia os economistas seguramente descobrirão que leis governam essas interações...[entre uma miríade de forças e fatores responsáveis pelo crescimento da produção]. Hoje só podemos afirmar que todo o processo de crescimento econômico real no curto e médio prazo não é controlado pelo Centro – ele continua um segredo obscuro”²⁴.

Como o curto e o médio prazo comandam o processo gestor, por força da necessidade de acomodar os desequilíbrios e a escassez de recursos, o planejamento de longo prazo acaba sendo sacrificado e passa a não ter maior significado para a direção da economia.

c) A Reestruturação Econômica

Embora sem uma pretensão inicial clara nesse sentido, a *perestroika* na esfera da economia é, como passou mais recentemente a ser anunciada, uma reforma radical; ou uma revolução, como a denominou Aganbe-

22. A definição é de Gregori Grossman, que conduz na Universidade de Berkeley, na Califórnia, um projeto de pesquisa que objetiva estimar a dimensão dessa economia.

23. E. A. Hewett, *Op. cit.*, p. 180.

24. N. Shmelev e V. Popov, *Op. cit.*, pp. 100-101.

guian²⁵. Trata-se de uma reforma que não se circunscreve aos marcos do sistema, mas que pretende modificá-lo.

A sua estratégia consiste em:

a. Redirecionar a economia soviética para o atendimento do mercado consumidor, invertendo a ordem de prioridade dos investimentos. Em outras palavras, em tornar mais rápido o crescimento dos setores produtores de bens de consumo em relação aos setores produtores de bens de produção e priorizar os investimentos na área social – basicamente habitação e abastecimento. Por isso, esta linha de atuação pressupõe também uma atenção particular à agricultura.

b. Mudar o sistema de gestão, descentralizando radicalmente o processo de decisão e substituindo o sistema de planejamento burocrático ou de comando administrativo por instrumentos econômicos como reguladores da atividade econômica. Com isto deixa de existir o monitoramento das empresas pelos ministérios, passando as mesmas a direcionar-se pelos mecanismos de mercado. Este, entretanto, é um mercado regulado através dos instrumentos de política econômica manejados pelo Estado, num sistema de planejamento modificado.

Não está ainda bem claro, nem como se configurará o mercado, nem como se fará a sua regulamentação pelo Estado. Se, por um lado, os manuais de economia indicam teoricamente quais os elementos que constituem um mercado e modelam os seus diferentes regimes, na vida real, por outro lado, os regimes de mercado predominantes têm por base uma determinada estrutura econômica, relacionada não só com o nível de desenvolvimento tecnológico e a organização econômica correspondente, como também com as próprias condições históricas de sua formação. E a regulamentação do mercado, prática corrente inclusive nos países mais liberais, depende tanto desses regimes de mercado como dos padrões de distribuição de renda e do grau de equidade social que se pretende. O que significa que a feição final do mercado e de sua regulamentação pelo Estado na URSS vai depender da evolução do processo de transformações econômicas e sociais que foi desencadeado e no qual desempenham um papel formidável o grau de descentralização econômica que for alcançado, as formas de enfrentamento da crise econômica aguda que vive atualmente o país, as heranças sociais e ideológicas e a capacidade de construção de novas formas de gestão econômica.

Como, porém, se configura a *perestroika*?

Em relação à primeira linha de atuação, já no XII Plano Quinquenal 1986/90, contemplou-se um crescimento maior do setor de bens de consumo: para um crescimento médio anual planejado de 3,7% a 4,2% para a

25. Abel A. Aganbeguian, *A Revolução da Economia Soviética: a Perestroika*, 2. ed., Lisboa, Pub. Europa-América, 1988.

indústria do grupo A (produtora de bens de produção) planejou-se um crescimento entre 4,1% e 4,6% na do grupo B (produtora de bens de consumo). De acordo com o informe sobre os resultados da atividade econômica do ano de 1988, divulgados pelo Goskomstata (Comitê Estatal de Estatística)²⁶, para um crescimento da indústria nesse ano de 3,9%, o crescimento do grupo A foi de 3,5% e o do grupo B, de 5,0%. No informe análogo para 1989²⁷, mais concentrado nos aspectos econômico-sociais, indica-se que, para um crescimento total da indústria de 1,7% em relação a 1988, a produção de bens de consumo cresceu 5,9% (3,2% a de alimentos e 7,7% a dos demais setores). E para 1990 o plano prevê um crescimento em relação a 1989, de 6,7% nas indústrias do grupo B contra 0,5% das do grupo A. De acordo com dados de Aganbeguian, no texto de sua autoria incluído neste livro, entre 1985 e 1989, os investimentos na esfera social aumentaram duas vezes mais rapidamente que na esfera produtiva, tornando possível um aumento de cerca de 15% no volume de construção habitacional *per capita* e uma melhoria dos indicadores sociais. Destaca-se neste sentido, embora não mencionada por Aganbeguian, a antecipação, para o final de 1989, do aumento das pensões e prêmios aos aposentados e inválidos de guerra anteriormente previsto para 1990, no âmbito da nova Lei da Previdência²⁸. Para o XIII Plano que está sendo preparado para o período 1991-95, ainda segundo Aganbeguian, pensa-se aumentar os investimentos na esfera social em 1,5 vezes, e reduzi-los na esfera produtiva²⁹. É claro que a realização desses objetivos depende, em muito, da difícil situação do orçamento e das próprias condições de funcionamento da economia. Nesse sentido, os esforços diplomáticos conduzidos pelo próprio Gorbachev, e amplamente documentados pela imprensa internacional, tiveram, além dos objetivos políticos, também o objetivo de obtenção de créditos para a importação de equipamentos destinados à indústria leve e,

26. *Pravda*, 22.1.1989.

27. *Ekonomika i Gisn*, nº 6, fev. 1990.

28. Ver informe do Primeiro-Ministro N. Rijkov ao Congresso de Deputados do Povo da URSS, realizado entre 25.5 e 9.6.1989, em *Congreso de Diputados Populares de la URSS. Documentos y Materiales*, Moscou, Ag. Novosti, 1989 e *Ekonomika i Gisn*, nº 6, fev. 1990.

29. De acordo com dados divulgados na seção "Perguntas e Respostas" do semanário *Ekonomika i Gisn*, nº 28, de julho de 1990, há duas alternativas de investimento para o XIII Plano, que dependem exatamente do programa de estabilização econômica que for adotado neste final de ano. Dependendo do maior ou menor rigor da retração monetária nele contemplada o investimento deverá crescer, em relação a 1990, entre (-)0,52% e (-)0,47% em 1991 e entre 47% e 57% em 1995 na alternativa 1; e entre (-)0,19% e (-)0,14% em 1991 e entre 5% e 10% em 1995 na alternativa 2. Na distribuição desses investimentos entre a esfera produtiva e não produtiva, por esta última entendidos os setores sociais, os dados de crescimento planejado são os seguintes, em relação a 1990:

	Alternativa 1 1991	Alternativa 2 1991
Esfera produtiva	(-)64% a (-)60%	(-)25% a (-)20%
Esfera não produtiva	(-)23% a (-)25%	(-)6% a (+)2%
	1995	1995
Esfera produtiva	(-)57% a (-)50%	(-)42% a (-)39%
Esfera não produtiva	(+)293% a (+)310%	(+)115% a (+)120%

depois, com o agravamento do desequilíbrio do mercado de bens de consumo, para a importação dos próprios bens. Com o enorme desequilíbrio estrutural da indústria (em 1988 a parcela da produção do grupo B, embora um pouco superior em relação a 1986 e 1987, correspondia a somente 25,2% da produção total da indústria³⁰), estes esforços ainda representam muito pouco em efeitos mais imediatos, mormente se se considerar a baixa capacidade de importação da URSS e o tempo de maturação dos investimentos. O que indica que esta linha de ação requer um período de tempo considerável para dar resultados.

No que se refere às modificações no sistema de gestão, aqui também podem ser distinguidas duas linhas de ação.

A primeira consiste em criar os institutos legais que, definindo e delimitando as condições de funcionamento dos agentes econômicos, lhes conferem a necessária autonomia para a tomada de decisões e a condução de sua atividade.

Os institutos mais importantes nessa direção, na fase inicial da *perestroika*, foram a Lei sobre a Empresa Estatal e a Lei sobre a Cooperação, além das recomendações para utilização dos contratos de arrendamento no campo e na cidade.

Na Lei sobre a Empresa Estatal, assinada em 30 de junho de 1987, para vigorar a partir de 1º de janeiro de 1988, estabeleceu-se como princípios da atividade da empresa: o cálculo econômico (*khozrazchot*) o autofinanciamento e a autogestão. Pressupõe-se com o cálculo econômico e o autofinanciamento que a empresa seja capaz de cobrir os seus dispêndios materiais e financeiros e obter um lucro (*samookupaemost*), introduzido este como indicador geral do desempenho da empresa. Do lucro obtido, uma parte é recolhida ao orçamento estatal, ficando o restante à disposição da empresa e do seu coletivo. Esta parte do lucro e os recursos para o pagamento da folha de salários constituem a renda do coletivo de trabalhadores, que pode distribuí-la segundo dois modelos alternativos, à sua escolha, com autorização dos órgãos que lhe são superiores.

No primeiro modelo, distribui-se normativamente o lucro; depois de recolher o que é devido ao orçamento estatal, o saldo de lucro se distribui, de acordo com normas ou coeficientes, entre vários fundos: o de desenvolvimento da produção, da ciência e da tecnologia; o de desenvolvimento social e o de incentivos materiais ou fundo análogo. O fundo de salários é fixado com base em normas ou coeficientes em relação à produção líquida ou a outro índice de produção. Neste caso, a renda do coletivo se define como o resultado da soma do fundo de salários mais o lucro restante.

No segundo modelo, distribui-se normativamente a renda líquida obtida da atividade empresarial (valor adicionado, menos gastos financeiros).

30. *Naródnoe Khoziaistvo SSSR v 1988 g* (A Economia da URSS em 1988), Moskva, Goskomstata, Izd. Financ i Statistika, 1989.

ros), que constitui a renda do coletivo. O fundo de salários, nesse caso, forma-se como saldo, depois de constituídos os demais fundos antes referidos (com exceção do de incentivos materiais), segundo coeficientes ou normas em relação à renda. A diferença entre os dois modelos está na formação do fundo de salários: no primeiro, ele é fixado normativamente em relação ao volume de produção; no segundo, ele é formado como resíduo, dependendo do resultado da atividade empresarial. Segundo Rutgaizer³¹, até meados de 1988 a escolha entre os dois modelos recaía de preferência no primeiro. Como a escolha de um deles dependia da autorização (aprovação) da autoridade superior, esta escolha, na verdade, segundo ele, refletia uma primazia dessa autoridade, embora coincidente com a dos trabalhadores. No primeiro caso, a preferência se devia ao desejo de continuar mantendo controle sobre o desempenho da empresa – medido pelo volume de produção; isso podia ser feito, vinculando o fundo de salários a este. No caso dos segundos, a preferência refletia a aversão ao risco, o desejo de assegurar um certo nível para o fundo de salários; vinculado ao volume de produção, ele não dependia dos resultados da atividade empresarial. Na prática, portanto, segundo Rutgaizer, com esta escolha pouco se diferenciava o novo sistema de gestão do precedente. A fim de corrigir isso, em reunião plenária do CC do PCUS realizada em julho de 1988, foi decidido suprimir o primeiro modelo e, mantendo somente o segundo, suprimir também a definição de normas de distribuição, tanto dos lucros quanto da renda líquida da empresa, pelos órgãos superiores da administração econômica³².

O princípio da autogestão tem como bases: i) a elaboração, pela própria empresa, do seu plano de desenvolvimento – quinquenal, não mais anual –, tomando como orientação os “dados de controle”, as encomendas estatais, as normas econômicas, os limites (de investimento e de recursos), todos indicados através do planejamento, e as encomendas dos consumidores; ii) a responsabilidade e participação de todo o coletivo nas decisões e trabalho da empresa. De acordo com a lei, esta participação se dá através da reunião geral (conferência) do coletivo de trabalhadores, que é a detentora dos plenos poderes na empresa. A conferência, que se reúne não menos do que duas vezes no ano, elege os dirigentes da empresa – em geral por concurso – e o Conselho de Trabalhadores, que exerce as funções de acompanhamento e controle da execução das decisões das conferências, nos períodos que as entremeciam, examina e aprova os planos

31. V. M. Rutgaizer, *Arrendamento da Empresa*, Moscou, Znanie, 1989.

32. Esta forma de distribuição do lucro foi posteriormente modificada na Lei sobre as Empresas na URSS, de junho de 1990. De acordo com esta lei, a empresa decide autonomamente o destino dos lucros; esta decisão é influenciada pelo Estado, através da política fiscal. Parte dos lucros passa à propriedade do coletivo de trabalhadores, sendo o seu volume e forma de distribuição definidos pelo Conselho da empresa. Esta parte do lucro constitui a contribuição do trabalhador à empresa e pode ser transformada em ações que lhe são transferidas e cujo valor, se preferir, tem o direito de receber.

de desenvolvimento econômico e social da empresa, aprova os contratos de negociação coletiva e delega poderes aos sindicatos para assiná-los em seu nome. O diretor da empresa é, no entanto, o principal responsável por sua atividade e suas ordens são obrigatórias para todos os trabalhadores.

A Lei sobre a Cooperação, aprovada pelo Soviete Supremo em 26 de maio de 1988, estende a cooperativa como forma de organização econômica às zonas urbanas, regulamenta a sua atividade e suas relações com os órgãos da administração econômica, e dá garantias à sua propriedade. As cooperativas, para cuja constituição se fixa um mínimo de três membros, podem exercer qualquer tipo de atividade, desde que não proibida pela legislação da URSS. O seu estabelecimento se dá com o registro dos estatutos nos comitês executivos dos sovietes locais, com jurisdição sobre a cidade de localização da cooperativa. Quando a sua atividade exige a utilização de terra ou recursos naturais, o registro depende da concordância dos órgãos estatais correspondentes ou de seus primeiros ocupantes.

As cooperativas operam à base do trabalho dos cooperados, mas podem empregar pessoas.

O objetivo da expansão das cooperativas foi o de dar livre curso à iniciativa individual, particularmente nos setores de serviços, muito mal atendidos, como os técnicos de alta especialização, os de manutenção doméstica e os de alimentação pública, por exemplo. Como os preços dos produtos e serviços nas cooperativas são livres e a atividade serve a setores deficitários de grande demanda, a renda dos cooperados é bem mais elevada que a da média da população, gerando com isso uma reação contraditória e bastante negativa em relação a elas³³. De qualquer forma o seu crescimento é marcante e em 1º de janeiro de 1990 havia em atividade 193,4 mil cooperativas, com um número de membros e trabalhadores de 4 851 500 pessoas, realizando um movimento bruto de 40 365,6 mil rublos no ano de 1989³⁴.

O arrendamento³⁵ surgiu como opção primeiro no campo, tendo como objetivo a quebra do chamado “gigantismo” e a reintrodução da organização familiar na organização da produção agrícola. Há neste livro

33. De acordo com pesquisa realizada em 1989, envolvendo 101 000 pessoas, sobre a sua posição em relação às cooperativas, o Goskomstata obteve os seguintes resultados:

Julgam-na positivamente: 14,7% dos entrevistados

Julgam-na negativamente: 29,4%

Não responderam: 55,9%

Ver: A. Gluchtsetskii, “Visoki li dokhodi kooperatorov?” (Seriam Altas as Rendas dos Cooperados?), *Ekonomika i Gisz*, nº 2, jan. 1990.

34. *Ekonomika i Gisz*, nº 12, maio de 1990.

35. O arrendamento se define como a transferência temporária de meios de produção – fundos fixos e circulantes – pertencentes ao Estado, ao domínio do coletivo de trabalhadores. Esta transferência se realiza através de acordos, nos quais se definem obrigações de ambos os lados e a participação do Estado nos resultados, isto é, na distribuição da renda obtida na empresa arrendada. Ver V. M. Rutgaizer, *op. cit.*

um capítulo descrevendo os objetivos e a forma das chamadas relações de arrendamento no campo. Mas o arrendamento revelou-se também como uma forma de despertar interesse do coletivo de trabalhadores pelas empresas de serviços e industriais e pelos resultados do seu trabalho e, depois, como uma forma transitória para a transformação da propriedade da empresa, de estatal para outra³⁶.

Ainda pouco difundido, o arrendamento abrange na zona urbana predominantemente empresas pequenas (menos de 500 empregados) e médias (entre 500 e 3 000 empregados), num total aproximado de sete milhões de pessoas. Entre as causas de sua baixa difusão, estariam, segundo diretores de algumas empresas entrevistadas em pesquisa, a falta de quadros qualificados e a oposição do aparelho superior de gestão³⁷.

A vigência destas leis revelou dificuldades práticas e políticas para a sua real aplicação e o processo legislativo avançou no sentido de aperfeiçoá-las e aprofundá-las, na direção de uma maior descentralização e autonomização das unidades econômicas. Os passos mais importantes nesse sentido foram: a Lei sobre a Propriedade, aprovada em finais de 1989, que define múltiplas formas de propriedade na URSS, desde a individual e a privada à estatal, passando por várias formas de propriedade coletiva: a do coletivo de trabalhadores das empresas estatais; a da associação dos trabalhadores; a cooperativa, a das S.A., a estatal e a das empresas de capital estrangeiro³⁸; e a Lei sobre as Empresas na URSS, de junho de 1990 e o Decreto sobre as Sociedades Anônimas e de Responsabilidade Limitada, de julho de 1990, que podem ser considerados desdobramentos e regulamentações da lei anteriormente referida. Além disso, foram editados decretos e normas autorizando as empresas a manterem relações diretas com fornecedores e compradores no mercado externo e liberalizadas as condições de associação com o capital estrangeiro para a formação de *joint-ventures*.

A segunda linha de ação estratégica da *perestroika* consiste em criar o referencial macroeconômico indispensável para o funcionamento do mercado e o norteamento da atuação empresarial. Inclui-se nesse referencial uma redefinição das funções do Gosplan e do planejamento, a reforma dos preços, a criação de um mercado atacadista de meios de produção, a reestruturação do sistema monetário e creditício e a reforma fiscal.

36. Ver V. M. Rutgaizer, *op. cit.* e pesquisa realizada no 1º Congresso da União de Arrendatários e Empregados da URSS, realizado em junho de 1990, publicada em *Ekonomika i Gism*, nº 30, jul. 1990. Segundo esta pesquisa, envolvendo 150 representantes de empresas trabalhando no regime de arrendamento, 76% dos respondentes consideram o arrendamento uma forma de transição de suas empresas para a propriedade cooperativa ou acionária e 18% consideram-na como forma de transição para a propriedade privada.

37. *Ekonomika i Gism*, nº 30, jul. 1990.

38. Ver Lenina Pomeranz, "Perestroika: As Transformações nas Relações de Propriedade na URSS". *Novos Estudos Cebrap*, nº 26, mar. de 1990.

A redefinição das funções do Gosplan e do planejamento passa pela eliminação dos planos operativos anuais setoriais elaborados pelos ministérios, cabendo às próprias empresas a formulação dos seus planos de desenvolvimento, a partir das diretrizes de longo prazo definidos indicativamente pelo Gosplan e dos indicadores indiretos constituídos pelas políticas macroeconômicas (*ekonomitcheskie ritshagui*).

O sistema bancário já passou por uma primeira reforma e o seu objetivo é a transformação do Banco Estatal em Banco Central, e a criação de um sistema de bancos especializados subordinados e controlados pelo Banco Central. Alguns passos estão também sendo dados para a reforma fiscal e a criação de um mercado de valores (decretos específicos publicados em julho de 1990).

As questões mais problemáticas estão sendo a criação do mercado atacadista de meios de produção, que implica a destruição do sistema centralizado de alocação de recursos (*fondavoe raspredelenie*) e a monetização das empresas³⁹, consequentemente da economia; e a reforma de preços, que implica o restabelecimento de sua relatividade e equilíbrio.

A rigor, ambas as linhas de ação que compõem a estratégia da *perestroika* deveriam caminhar concomitante e integradamente, a fim de se obter os resultados desejados. Na realidade, porém, muito embora os institutos legais para a autonomização dos agentes econômicos já tenham sido criados e venham sendo aperfeiçoados, a criação do referencial macroeconômico encontra sérias dificuldades para ser implantado, aumentando as dificuldades que existem para a própria transformação do modo de funcionamento das empresas.

Pode-se identificar estas dificuldades como sendo de duas ordens: de ordem econômica, relacionada com o grau de desequilíbrio e de crise da economia; e de ordem político-social, associada com a resistência política da burocracia do Estado e do Partido Comunista, com a incerteza e a insegurança em relação às mudanças, vividas por parcela considerável da população, especialmente a de baixa renda, e com os elementos de ordem ideológica presentes na sociedade soviética. As dificuldades de ordem econômica resultantes do acúmulo dos seus desequilíbrios estruturais agravaram-se com a introdução da *perestroika* e manifestam-se atualmente na forma de um agudo processo inflacionário, ainda que com as características específicas da economia soviética.

Convém ressaltar, em relação a esta afirmação, que a introdução da *perestroika* não resultou num agravamento da situação econômica pelo que propõe; mas porque desencadeou um processo de transformações sem experiência análoga e, portanto, sujeito a erros de execução; e que exigem um certo tempo para serem implementadas, durante o qual uma

39. Como se viu anteriormente, as empresas do setor produtivo trabalham com moeda de conta em suas transações.

dose de desorganização econômica parece inevitável, mormente diante das incertezas que traz consigo e às quais já se fez referência.

Como se manifesta o processo inflacionário, porém, uma vez que os preços são controlados centralmente? Ele se manifesta de várias formas: no aumento de preços – bastante subestimado – indicado pelos índices de preços, pelo aumento disfarçado de preços que acompanha a substituição de produtos mais baratos por outros de duvidosa superior qualidade, pelo desabastecimento e insuficiência generalizada da oferta de recursos, que tendem a se acentuar com o comportamento defensivo dos agentes econômicos. Este comportamento se expressa na estocagem doméstica e empresarial, na intensificação das transações no mercado paralelo e na segunda economia, e na busca de moeda estrangeira como instrumento de transações e/ou de reserva de valor, face à incapacidade de compra do rublo (o que na literatura soviética se denomina a sua “não cobertura por mercadorias”) e o receio de uma reforma monetária.

As causas para o processo inflacionário, segundo os especialistas soviéticos são várias; todas elas, porém, giram em torno do mecanismo de criação do excedente monetário existente na economia, que provoca o desequilíbrio entre a demanda nominal agregada e a oferta real de bens. Não cabe aqui uma discussão sobre o processo inflacionário, muito embora, aparentemente, a sorte e os rumos da *perestroika* na economia estejam, neste momento, dependendo da eliminação da inflação e da forma de fazê-lo. Cabe, apenas, ressaltar o consenso que está se formando na bibliografia especializada, de que o processo inflacionário tem raízes no mecanismo de funcionamento da economia descrito antes, o qual conduz necessariamente a uma pressão para elevação aberta e disfarçada dos preços⁴⁰, a uma expansão do crédito⁴¹ e à formação de crescentes déficits do orçamento estatal⁴².

40. Pelo monopólio do produtor no mercado e pela ineficiência na utilização de recursos derivados desse monopólio, entre outras razões; pelo sistema de incentivos, que premia o lucro: como este é calculado como margem sobre os custos, leva à utilização ineficiente e cara de insumos e materiais, mesmo sem contar com os próprios aumentos que derivam da elevação dos custos de exploração dos insumos primários (agricultura e minérios); e pela descentralização da formação de preços associada ao sistema de incentivos já referido e à distribuição centralizada de recursos: não encontrando alternativa para a redução de custos e desejando elevar os seus rendimentos, vinculados ao desempenho medido pelo lucro, as empresas introduzem modificações na linha de produção, eliminando os produtos mais “baratos” e substituindo-os por outros mais “caros”, teoricamente de melhor qualidade, com isso elevando os preços e, assim, os lucros.

41. A expansão do crédito se faz: i) como resposta automática à expansão dos investimentos, programada de forma independente do seu financiamento; e ii) pelo financiamento ao giro, para estocagem de recursos e pagamento do imposto devido ao Estado, antes mesmo da realização (venda) da produção, no escalonamento em que é recolhido este imposto. A não realização da venda implica não pagamento do crédito, que se soma ao não pagamento daqueles concedidos aos investimentos nos longos períodos de sua maturação (e parte, mesmo após funcionamento das empresas). Estes créditos aumentam o meio circulante, independentemente de sua forma (moeda fiduciária ou escritural), devido à interdependência que existe entre ambas no processo de sua circulação.

42. Pelos subsídios às empresas deficitárias e ao consumo, pelo aumento crescente das construções de investimento inacabados e pelo reflexo da própria expansão do crédito no orçamento do Estado, através do qual são alocados os investimentos. Há, também, conforme acentuam vários autores na

Este diagnóstico acentua a necessidade de vincular o programa anti-inflacionário às transformações contempladas na *perestroika* e explica por que, na discussão corrente em torno desse programa, sejam colocadas como centro, essas transformações: o rompimento do sistema centralizado de suprimento de recursos, a reforma dos preços e a criação de um sistema monetário equilibrado.

As dificuldades se encontram justamente em *como* fazer isso, sem provocar graves conseqüências sociais, face às condições de desabastecimento, do déficit generalizado de recursos e do desequilíbrio monetário. Estas conseqüências seriam inevitáveis para as camadas da população de mais baixa renda, no caso da eliminação dos subsídios à alimentação pela elevação dos seus preços, e para as camadas de renda média, detentoras da grande poupança acumulada nas Caixas de Poupança, no caso de uma reforma monetária que visasse o enxugamento da liquidez.

É esta situação de instabilidade que caracteriza a situação presente da economia e dificulta a sua assim chamada fase de transição, de passagem do sistema de gestão administrativa para o sistema de mercado previsto na *perestroika*.

Quanto às dificuldades de ordem político-social, agravaram-se sobremaneira no último ano (1990), por força mesmo do agravamento da situação econômica e pelo enfrentamento político mais aberto desencadeado com o processo de organização política que perpassa a sociedade soviética com o amadurecimento da *glasnost* e da reforma política. Essas dificuldades encontram sua expressão mais forte na recomposição e atuação das forças conservadoras (anti-reformas) que ainda detêm poder de comando no aparelho administrativo⁴³ e nos movimentos nacionalistas-separatistas das repúblicas, em alguns dos quais se identifica, sem subestimar os sentimentos nacionais legítimos, a atuação das referidas forças conservadoras⁴⁴. Há, entretanto, dificuldades político-sociais menos conjunturais, mais vinculadas à natureza do sistema que se pretende transformar e que deixam de ser comentadas nesta introdução, por serem objeto de vários textos deste livro.

análise do déficit orçamentário, os dispêndios com a defesa e os gastos extraordinários, devidos a catástrofes, como a de Chernobil e o terremoto da Armênia. Mas a ênfase das análises concentra-se nos aspectos vinculados ao funcionamento da economia.

43. Notícias do correspondente do *Jornal do Brasil* em Moscou dão conta das suspeitas de sabotagem conduzida por esse pessoal para a provocação de crise recente de falta de cigarro e de pão: esta falta teria sido conseqüência da paralisação simultânea da produção de cigarros em 90% dos estabelecimentos produtores para “manutenção e reforma das instalações”, o mesmo acontecendo com um número significativo de padarias em Moscou e sua região de influência.

44. Sobre o momento político após o XVIII Congresso do PCUS, ver Lenina Pomeranz, *Observações sobre a Evolução da Perestroika na URSS*, S.Paulo, USP, Instituto de Estudos Avançados. Série Documentos, agosto de 1990.

3. A Reforma Política

A reforma política tem como objetivos, declarados nos documentos do PCUS à sua XIX Conferência⁴⁵, a democratização da vida política do país e a do próprio Partido. Ela pressupõe uma separação entre os poderes do Estado e os do PCUS; embora nesses documentos de início da reforma, ainda se confira ao PC o papel condutor da sociedade soviética, o que neles se afirma é que os comitês do PCUS nos seus vários níveis não devem adotar decisões que representem ordens aos órgãos do Estado e de gestão da economia e a organizações sociais, devendo os comunistas conduzir a sua atividade política e exercer a sua influência através da sua participação nas diferentes esferas da vida social.

Segundo as teses apresentadas à Conferência, no processo de democratização devem ser restabelecidos os plenos poderes dos sovietes, dando-se a eles a autoridade suprema na condução dos negócios de Estado e subordinando-lhes nos vários níveis de competência – União, Repúblicas, Regiões e Cidades – os correspondentes Comitês Executivos.

Para isso, pressupõe-se um prolongamento do funcionamento de suas sessões, a criação de comissões de trabalho permanentes, com deputados liberados de suas outras funções profissionais na vida civil. E uma mudança no sistema eleitoral, mediante o qual os candidatos a deputados sejam indicados não mais por listas exclusivas do PC, mas pela sociedade; os deputados tenham o exercício de seu mandato delimitado em cinco anos e não possam exercer nenhuma função estatal para a qual tenham sido eleitos por mais de dois períodos consecutivos, isto é, dez anos.

A introdução dessas mudanças se fez através de reformas constitucionais e de uma nova lei eleitoral, que foram objeto de ampla discussão pública, através dos órgãos de imprensa, antes de sua promulgação⁴⁶.

O seu primeiro resultado foi a constituição do Congresso de Deputados do Povo, com 2 250 deputados: 750 eleitos pelas circunscrições eleitorais, 750 eleitos pelas repúblicas (32 para cada república federada, onze por cada república autônoma, cinco por cada região autônoma e uma por distrito) e 750 representantes das organizações sociais (100 do PCUS, 100 dos sindicatos, 100 das cooperativas, 75 do Komsomol (Organização das Juventudes Comunistas), 75 dos comitês femininos, 75 dos veteranos de guerra civil e militares, 75 das organizações científicas, 75 das uniões artísticas e 75 de grupos diversos).

De acordo com a Lei Eleitoral, aprovada em 1.12.1988, os 2/3 dos representantes da União e das Nacionalidades são eleitos por sufrágio

45. Ver *Tezici Tse.K. KPSS k XIX Vsesoiuznoi Partinói Konferentsii*. (Teses do C.C. do PCUS À XIX Conferência do Partido de toda a União), aprovadas no Pleno do C.C. do PCUS de 23.5.1988. Moskva, Izd. Polititicheskoi Literaturi, 1988, Teses 5 e 6.

46. Os projetos da lei de reforma constitucional e da lei eleitoral foram publicados para discussão pública no *Pravda*, em 22 e 23 de outubro de 1988 respectivamente. Ambas foram assinadas em 1.12.88 e publicados no *Pravda* em 3 e 4 de dezembro de 1988 respectivamente.

universal, sendo o restante 1/3 eleito, indiretamente, pelas organizações sociais.

O Congresso reúne-se regularmente uma vez por ano, mas pode reunir-se extraordinariamente por iniciativa do Soviete Supremo da URSS e por proposta de qualquer das Câmaras (da União e das Nacionalidades, que compõem o Soviete Supremo), do Presidium do Soviete Supremo, do Presidente do Soviete Supremo, por não menos do que 1/5 dos deputados ou por iniciativa de repúblicas federadas, através de seus órgãos máximos de representação.

O Congresso de Deputados elege o Soviete Supremo, bem como os seus presidente e 1º vice-presidente: elege o Comitê de Controle Constitucional e confirma a indicação do Presidente do Conselho de Ministros, bem como dos presidentes do Comitê de Controle Nacional, e do Supremo Judiciário, do Procurador Geral da URSS e do Árbitro Estatal Principal da URSS.

O Soviete Supremo renovado em 1/5 a cada ano, é composto de duas câmaras: o Soviete da União e o Soviete das Nacionalidades, com igual número de deputados cada uma. Estas câmaras elegem o seu presidente e dois vice-presidentes, que conduzem as sessões. Eleggem também entre os deputados os membros das comissões permanentes em que se apóia o trabalho delas e do Soviete Supremo. Essas comissões são renovadas em 1/5 anualmente.

O Soviete Supremo reúne-se regularmente duas vezes por ano, na primavera e no outono, em sessões de três a quatro meses de duração; mas pode reunir-se extraordinariamente, por convocação de qualquer dos órgãos definidos na lei (os mesmos referidos acima, para convocação do Congresso de Deputados do Povo).

O presidente do Soviete Supremo, eleito pelo Congresso entre os seus membros, é a figura política mais importante do país e o representa no interior e no exterior (como se verá adiante, esta figura foi substituída em março de 1990 pela de Presidente da União). O seu mandato também está limitado a uma única renovação, portanto a um período de dez anos. É o presidente quem propõe ao Soviete Supremo a candidatura de ministros e demais cargos referidos antes, para posterior confirmação pelo Congresso de Deputados do Povo.

Além das Câmaras e Comissões Permanentes do Soviete Supremo são previstas na lei de reforma constitucional: i) a constituição de um Presidium do Soviete Supremo, composto pelo Presidente deste (é por ele presidido), pelo 1º vice-presidente e pelos 15 vice-presidentes do Soviete Supremo da URSS, pelos presidentes dos Sovietes Supremos das Repúblicas Federadas, pelos presidentes dos Sovietes da União e das Nacionalidades, pelo presidente do Comitê de Controle Nacional, pelos presidentes das Comissões Permanentes das Câmaras e dos Comitês do Soviete Supremo da URSS; ii) o Conselho de Defesa da URSS, presidido pelo Chefe

de Estado; e iii) o Comitê de Controle Constitucional, eleito pelo Congresso de Deputados do Povo para um mandato de dez anos, entre especialistas na esfera da política e do direito, num número de 21 membros, além de seu presidente e vice-presidente.

Um decreto do Soviete Supremo da URSS, editado juntamente com a Lei de Reforma Constitucional e a Lei Eleitoral, determina a formação de comissões e grupos de trabalho, constituídos por deputados e apoiados por especialistas, para preparar a legislação de garantia da *perestroika*; em outros termos, para preparar a base legal de constituição do Estado de direito.

A partir desse decreto foram criadas as comissões para revisão dos Códigos Penal e de Processo, de cujo trabalho surgiram propostas de modificações importantes em relação ao procedimento do Judiciário e à classificação das contravenções legais, eliminando as incriminações políticas mascaradas existentes anteriormente, entre outras. Neste mesmo decreto, determina-se a realização de trabalho adicional para ampliação da autonomia regional.

A eleição dos deputados pelo novo sistema eleitoral, em março de 1989, realizou-se ainda sob forte pressão do aparelho partidário, sendo bastante destacados na imprensa o episódio da eleição dos representantes da Academia de Ciências, quando esta recusou-se a indicar o acadêmico Sakharov entre outros de seus membros contestadores e outros episódios em regiões distantes dos grandes centros urbanos em torno de candidatos não indicados pelo PC. Mas as eleições foram um fato significativo para a ativação política da população e revelaram, através da eleição de Boris Ieltsin e outros deputados de Moscou e Leningrado, forte inclinação a favor das transformações econômicas e políticas do país⁴⁷.

A composição do Congresso, como a do Soviete Supremo, é considerada majoritariamente conservadora (anti-reformista), mas varia em alguma medida, dependendo do que está sendo votado.

A ressaltar na atuação do Congresso, foi a transmissão de suas sessões pela TV ao vivo; esta manteve o interesse popular pela política, por revelar uma mudança substancial no funcionamento do Parlamento, com a atuação intensa e crítica do Grupo Inter-regional de Deputados e com a avaliação crítica da atuação precedente dos candidatos aos postos ministeriais, quando uma parcela deles não foi referendada pelo Congresso.

Para a realização das eleições para os sovietes locais – republicanos e municipais – foi abolida a representação de deputados indicados por organizações da sociedade civil, valendo somente as eleições por sufrágio universal.

47. Estes deputados formaram posteriormente o chamado Grupo de Moscou, depois transformado no Grupo Inter-regional (mais ampliado), que desenvolve intensa atividade política. Faziam parte do Grupo Gavril Popov, Ieltsin e Sakharov, falecido no ano passado.

A realização dessas eleições propiciou a manutenção do ativismo político e um avanço qualitativo importante no fortalecimento das forças reformistas. A partir delas ganhou forte representação política a República Federativa da Rússia, que não a possuía antes e no âmbito da qual surgiu um grupo muito ativo – ainda que minoritário – de deputados reformistas, liderado pela Plataforma Democrática. O Congresso de Deputados da R.F. da Rússia conseguiu eleger Boris Ieltsin⁴⁸ como presidente do seu Soviete Supremo, portanto, da república, e nas eleições municipais, elegeu-se Gavril Popov como prefeito de Moscou e Iuri Sovtchak como prefeito de Leningrado, ambos ardorosos defensores das reformas preconizadas na *perestroika*.

As medidas mais recentes na direção da reforma política foram: a supressão do artigo 6º da Constituição soviética, que assegurava ao PC a posição de dirigente da sociedade, com isso abrindo-se o caminho para a instituição do multipartidarismo no país; e a criação do cargo de Presidente da República (para o qual foi eleito Gorbachev) e do Conselho Presidencial).

A criação da Presidência, em sessão extraordinária do Congresso de Deputados do Povo, realizada em 14 de março deste ano, é atribuída segundo W. Butler, do University College de Londres⁴⁹, à necessidade de ações resolutas expeditas; o que pode ser entendido, em outros termos, como a necessidade de instrumentalizar-se para um ágil enfrentamento das crises conjunturais. Este passo, no sentido do reforço dos poderes do presidente, na figura de Gorbachev, parece contraditório com a linha de ampliação dos direitos democráticos e da instituição do Estado de direito. E não deixa de causar receios entre alguns ativistas políticos, dado o quadro conflituoso que se delineou mais recentemente, com a sucessão de declarações de soberania das repúblicas e um certo caos econômico. Gorbachev, entretanto, em entrevista concedida à revista *TIME* (4.6.90), rejeita qualquer retrocesso e insiste na criação do Estado de direito afirmando que “o que tenho que fazer é usar minha autoridade pessoal e meus poderes políticos como presidente para apressar nossos progressos em direção a um Estado totalmente guiado pelas normas da lei”. Naturalmente, o que pesa no fato de criação da presidência não é Gorbachev, mas o que faria outro em seu lugar, num país de tradições políticas autocráticas e incipiente democracia.

O que se observa, da sucinta descrição da reforma política feita é que, na sua evolução por etapas, a opinião pública foi sendo mobilizada e

48. Há controvérsias em relação à figura de Boris Ieltsin. Suas críticas agudas aos privilégios dos membros do aparelho partidário conferiram-lhe um enorme prestígio popular, mas não se acredita em sua competência administrativa, dadas as características populistas de sua atuação. Nas condições do processo político como hoje se apresenta na URSS, ele é uma figura estrategicamente importante para o futuro da *perestroika*, por presidir a República mais importante – econômica e politicamente – da URSS e por gozar da confiança popular.

49. *Financial Time*, 12.3.1990.

permitiu a sua ampliação e aprofundamento progressivo. No campo econômico, a lentidão das mudanças e o agravamento das dificuldades gera pessimismo e descontentamento. Mas a reforma e a abertura democrática estão sendo percebidas como realidade, pois permitem expressar o descontentamento e fazer-se representar no poder político. Ao mesmo tempo a atividade política se intensifica e é exercida através de organizações alternativas, ainda que débeis, e o Estado de direito parece consolidar-se, em meio a todas as suas dificuldades.

No artigo mencionado acima, Butler faz menção à nomeação, pelo Soviete Supremo, de uma comissão de juristas para desenhar uma nova Constituição. Com isso terminaria, na sua opinião, o período de reformas por etapa, para se consolidar as sucessivas emendas constitucionais realizadas durante a sua evolução, em uma nova Constituição, na qual se inseririam inclusive os aspectos relacionados com as mudanças substantivas introduzidas na organização econômica do país, como as leis sobre a propriedade e sobre a terra.

O ponto que falta no quadro institucional, e o mais difícil, é o que se refere à Confederação das Repúblicas soberanas, pretendida por Gorbachev como solução para a questão das nacionalidades, no quadro da União. Apesar da sua conhecida habilidade política e da importância crucial evidente que a unidade da URSS tem no quadro político internacional atual, é difícil fazer previsões sobre como evoluirá, devido à profundidade que assumiram os conflitos em algumas repúblicas e à determinação das Repúblicas do Báltico de se desligarem da URSS. Duas tendências políticas contraditórias referenciam a questão. Por um lado, a recomposição das forças conservadoras, tornada evidente no desenrolar das discussões no XVIII Congresso do PCUS e a criação do PC da República Federativa da Rússia; estas forças revelaram sua disposição de atuar politicamente, capitalizando a crise em direção oposta ao curso que a *perestroika* vem seguindo nas esferas política e econômica. Por outro lado, os entendimentos que vêm sendo procedidos entre Gorbachev e Ieltsin, a propósito da delimitação dos poderes da República Federativa da Rússia e da União, concedendo grande parcela da responsabilidade pela condução da reforma econômica a Ieltsin, defensor de transformações radicais, pode servir de modelo e estímulo ao entendimento proposto por Gorbachev para as demais repúblicas, ao menos no curto prazo. Resta acompanhar o embate.

II. OS TEXTOS SELECIONADOS

A *perestroika* tem se revelado um processo extraordinariamente dinâmico e seria ingenuidade supor que um conjunto de textos como este esclareça todas as dúvidas que surgiram e surgem no acompanhamento de sua evolução. Com mais razão, quando se percebe a complexidade dos

seus problemas e a insuficiência de informações correntes para realizar este acompanhamento analiticamente. Mas eles podem ser muito úteis nesse sentido, se permitirem desenhar as questões centrais desse processo e fornecerem os elementos de partida para sua compreensão.

Foi com esta perspectiva que se procedeu à seleção dos textos: proporcionar ao leitor brasileiro, acadêmico e não acadêmico, um conjunto de interpretações de cientistas sociais soviéticos, sobre o momento econômico, social e político da URSS em transformação. Não foi uma tarefa fácil, não só devido à dinâmica já referida, mas também porque com a *glasnost*, multiplicaram-se, em dimensões inimagináveis – além de em livros, em jornais e revistas de circulação nacional e regional, muitos não acessíveis à incipiente biblioteca especializada que se está formando na Universidade de São Paulo – as opiniões, análises e interpretações sobre esse momento. Foi preciso delimitar critérios para escolher temas e analistas.

Em relação aos temas, o primeiro critério foi o de incluir textos que cobrissem, de forma abrangente, as questões relativas aos aspectos significativos da *perestroika*; que cobrissem, portanto, os aspectos relacionados com a reforma econômica e a questão político-social, particularmente os que contribuíssem para a compreensão das dificuldades de ordem institucional que se antepõem à implementação da *perestroika*.

O segundo critério, como já assinalamos, foi o de selecionar textos que estivessem relacionados com a fase mais recente da *perestroika*, entendendo que durante os anos de experiência de sua implementação tornaram-se mais claras, para os cientistas sociais e políticos soviéticos, a natureza do processo e as questões mais prementes que se impõem para levá-la avante. Por outro lado, é sobre estas questões que se processa hoje a discussão, e não só na URSS, mas também no Ocidente.

Este critério é particularmente significativo no que se refere aos textos sobre economia e sobre a questão nacional, dadas a deterioração das condições do abastecimento e a multiplicação dos conflitos étnicos.

Neste sentido, foram incluídos textos em que se discute a estabilização econômica no quadro da formação do mercado – essência da reforma econômica – e a reforma dos preços, já com base na experiência anterior. E um texto específico, de análise dos conflitos nacionais.

Quanto aos autores, foram selecionados aqueles mais conhecidos em suas áreas de especialização, não só pelo que escrevem, como também por sua participação e responsabilidade na implementação das transformações.

O ensaio de Aganbeguian, assessor informal de Gorbachev desde os inícios da *perestroika*, faz uma avaliação dos erros cometidos no processo de sua implementação e formula, em traços rápidos, a conformação do que chama de mercado plenamente desenvolvido, mediante a implantação

dos mercados de bens, de trabalho, de capital e de câmbio. Condicionando a formação desses mercados à estabilização da economia, indica as medidas que considera adequadas para alcançá-la. Embora já se tenha passado um certo tempo desde que escreveu o texto (1989) e a situação de desequilíbrio do mercado consumidor tenha se acentuado consideravelmente⁵⁰, suas opiniões são significativas, porque foi recentemente nomeado presidente de uma comissão de economistas constituída pelo Conselho de Ministros para analisar criticamente e dar parecer sobre as alternativas de programa econômico a serem discutidas pelo Soviete Supremo em setembro deste ano (1990).

O estudo de Abalkin, 1º vice-ministro para a Economia, da URSS, tem como centro os problemas da transição, que ele identifica como sendo três: a definição do modelo de socialismo almejado como objetivo da *perestroika*; as questões da operacionalização da reforma, levando em conta as condições atuais da economia, das quais a reforma parte; e, por último, a reversão de expectativas, que ele chama de tendências negativas. Os dois últimos problemas ele relaciona com o programa econômico e o orçamento, ambos para 1990, propostos pelo governo. Neste programa econômico, que se apóia num processo de transição por etapas para a economia de mercado, está contemplado um programa específico de medidas antiinflacionárias, que, como se viu posteriormente, foi rejeitado no legislativo por ser considerado tímido e insuficiente para o enfrentamento da crise econômica. Quanto ao primeiro problema, dedica-lhe parte substantiva do texto.

Nicolai Petrakov, atualmente assessor pessoal e direto de Gorbachev, é conhecido no Ocidente por suas posições reformistas, desde o começo dos anos setenta. No seu texto ele esboça uma reforma monetária como caminho para a formulação do programa de estabilização econômica, acoplada a uma reforma global do sistema de preços. Considerando estas reformas como pré-condições para a criação do mercado, discute as alternativas para sua implementação: a rápida, por nós conhecida como a de choque; e a gradualista, da qual se revela partidário. Esta posição, aparentemente não se alterou com o agravamento da situação econômica, a se julgar por entrevista coletiva concedida recentemente a correspondentes estrangeiros acreditados em Moscou.

O texto de I. Borozdin, especialista em preços, foi escrito especialmente para este livro. Ele sumariza as discussões em torno da reforma dos preços, concentrando sua argumentação nos pólos representados pela posição defendida pelo Goskomtsen (Comitê Estatal de Preços) e pela posição contrária. Nesta argumentação, ele insiste na direção da reforma que privilegia o sistema de *formação* de preços e sugere as funções que caberiam ao Estado para sua regulamentação e, conseqüentemente, para o

50. Ver Lenina Pomeranz, *Observações sobre a Evolução da Perestroika na URSS*, *Op. cit.*

controle dos preços. A fim de levar em conta o desequilíbrio de mercado existente, propõe um conjunto de medidas que permitiria, a seu ver, implementar gradativamente a reforma.

O capítulo de L. Nikiforov é parte de um livro, em que ele faz uma ampla abordagem das questões agrícola e agrária na URSS. É um livro editado nos primeiros anos de implantação da *perestroika* e o interesse do capítulo incluído neste livro, está justamente na concepção inicial da reforma nos sistemas de produção e gestão da agricultura. Analisando os resultados das várias tentativas de reforma anteriores, indica o arrendamento como forma de restabelecer as relações do homem com a terra e de romper com o que chama de princípios burocráticos de base territorial da gestão. O texto, de certa forma, revela a timidez ou o cuidado com que foi tratada a questão da propriedade da terra, quando da concepção da *perestroika*. A experiência posterior, no processo de implementação do arrendamento, conduziu a mudanças nesta postura, as mais significativas das quais foram o arrendamento por longo prazo, com direito à herança e, mais recentemente, a proposta de plebiscito anunciada por Gorbachev, sobre a propriedade privada da terra.

Nos textos sobre os aspectos sociais e políticos, procurou-se abordar as questões que, ao mesmo tempo que permitem caracterizar os elementos da organização social surgidos com a implantação do modelo anterior de socialismo, constituem o grande obstáculo para a implantação do novo modelo: a estratificação social, o burocratismo, o stalinismo e a inércia social; e textos mais diretamente voltados para a questão nacional e o processo político *stricto sensu*.

A primeira questão é abordada no substantivo texto de T. Zaslavskaja, a socióloga-economista a quem cabe, segundo Aganbeguian, a renovação dos estudos sociológicos e a responsabilidade pela implantação das pesquisas empíricas e de opinião pública, desconhecidas anteriormente. No seu ensaio, ela analisa as premissas sociais que conduziram à *perestroika* como necessidade; define os objetivos sociais da *perestroika* e as etapas de sua implementação; aponta os problemas sociais que devem surgir com esta implementação – desemprego e maior diferenciação de renda – e sugere medidas para enfrentá-los; finalmente, traçando um perfil dos estratos que compõem a sociedade soviética, propõe uma estratégia social para a *perestroika*, que a capacite a lidar com os múltiplos interesses desses estratos.

L. Karpinski ocupa-se do stalinismo; segundo ele, o stalinismo não sai de cena porque se erigiu num sistema de crenças, em sistema ideológico montado sobre dogmas, mitos e estereótipos que marcam o modo de pensar de um enorme contingente de pessoas. A *perestroika* representa, segundo ele, um sistema de demonstrações positivas, no qual se privilegiam os fatos e a análise, em contraposição aos dogmas anteriores. O estudo dedica-se à análise do confronto entre os dois sistemas, em termos

do passado, presente e futuro da sociedade soviética, sendo de se destacar a sua crítica contundente ao stalinismo.

Gudkov, Levada, Levinson e Sedov propõem-se discutir o burocratismo como expressão das condições sociais e políticas específicas de expansão da burocracia na URSS. Além de apontar e discutir essas condições, os autores, numa postura, de certa forma inédita na ocasião da publicação de seu estudo (1988), remontam a origem da burocratização à monopolização do poder no período pós-revolucionário; o que, sem reduzir a força e expressão que essa burocratização ganhou durante o stalinismo, retira deste a responsabilidade pelo início do progresso. Outro aspecto que cabe destacar neste estudo é a refutação da concepção da burocracia como camada social, nas condições particulares da sociedade soviética.

I. Kon analisa as causas psicossociais da inércia social que, segundo ele, merecem consideração porque esta inércia, combinada com a frenagem consciente dos opositores da *perestroika*, representa um perigo real para a sua implementação. As causas que analisa são basicamente: a despersonalização da vida social, mediante repressão da individualidade; o sentimento hipertrofiado da própria fraqueza e a apatia social; a deformação do princípio do coletivismo e o modo de pensar. Na avaliação das conseqüências que resultam dessas causas e que se expressam na inércia social, o autor considera como questão-chave da psicologia da *perestroika*, a criação da consciência e sentido da responsabilidade social, o que, segundo ele, só é possível, através da democracia e da autogestão.

O estudo de Popov, como se verá da sua leitura, é anterior à realização das eleições aos soviets republicanos e locais, em março de 1990. Mas é importante porque dá um retrato da situação política na consciência das massas, após a eleição do Congresso de Deputados do Povo na URSS e de seu funcionamento inicial, com base em ampla pesquisa realizada em agosto de 1989, pelo Instituto de Pesquisas da Opinião Pública da URSS, onde trabalha. Depois de descrever o estado de ânimo e as esperanças da população às vésperas da *perestroika*, Popov aponta a queda que nele se verificou, refletida na perda de confiança das massas no sistema de poder. Segundo o autor, tal comportamento reflete a conscientização das massas a respeito da dualidade de poder que se formou na situação política: de um lado, um poder legislativo, eleito pelo povo; de outro, um poder real, que continua nas mãos do aparelho partidário-estatal.

Finalmente, no estudo de G. Starovoitova, é analisada a questão nacional. Segundo a autora, esta questão é apresentada de forma estereotipada, reduzindo os estereótipos basicamente a dois: o determinismo econômico vulgar e a concepção da conspiração. No texto, critica-os de forma abrangente, procurando mostrar como ressurgiu o sentimento nacional no país. Duas questões mais merecem destaque no estudo: a do futuro da Federação Soviética, que Starovoitova discute com base numa análise crítica dos seus vícios atuais; e a questão particular da República

da Rússia, cujo entendimento parece importante diante do papel que esta passou a desempenhar no processo político mais recente no país.

Os textos foram todos extraídos de publicações soviéticas originais com exceção do estudo de I. Borozdin, que é inédito. Os tradutores Konstantin Asryants e Éssio Simonatti pertencem aos quadros da Editora Progresso, de Moscou, através de quem se adquiriram os direitos editoriais dos textos publicados.

PERESTROIKA E SOCIALISMO*

Tatiana I. Zaslavskaja

A palavra *perestroika* ressoa agora em todas as línguas do mundo; porque as mudanças que se verificam na URSS atraem a atenção de muitos milhões de pessoas, uma vez que do seu desfecho depende o destino não só do socialismo mundial, mas em muito também, o de toda a humanidade. A transformação radical das relações sociais e a sua depuração dos estratos e desfigurações alheios ao socialismo é a chance vital do nosso povo. É preciso realizar uma reforma global e profunda que abranja as esferas econômica, política e social. Pode-se afirmar que a nossa sociedade jamais se deparou com um problema tão complexo. Realizar uma reestruturação tão séria pelo método de "ensaio e erro" é impossível. Para o êxito deste empreendimento é necessário ter uma idéia precisa a respeito das particularidades do caminho já percorrido, sobre a natureza da atual etapa de desenvolvimento, sobre o "templo"¹ que deve ser edificado e o caminho que leva a ele. Daí o crescimento brusco das exigências que são feitas à ciência que estuda as leis de desenvolvimento social.

O atual estado desta ciência não corresponde nem de longe ao nível das exigências sociais. Os historiadores vão precisar de muito tempo para estudar, de forma pormenorizada e objetiva, o período de desenvolvimento da sociedade soviética depois da Revolução de Outubro, para revelar os erros e as deturpações cometidos em diferentes etapas deste período, as-

* Tradução de Konstantino Asryan.

1. Referência ao final do filme *Pákaianie* (Expição), de T. Abuladze que teve grande repercussão na URSS no início da *perestroika* e ganhou a "Palma de Ouro" em Cannes (N. da T.).

sim como para expor as suas razões profundas, os seus fatores objetivos e subjetivos. Aos economistas cabe, essencialmente, criar uma economia política nova do socialismo, descobrir e fundamentar o sistema de leis que governam a economia planejada. Isso porque a teoria vigente, primeiro, é plena de contradições internas; e, segundo, não corresponde à prática econômica. Não é por acaso, como reconhecem muitos cientistas, que as assim chamadas "leis econômicas objetivas" normalmente "não se realizam" na prática econômica. De fato, isso significa apenas que o funcionamento e o desenvolvimento da economia é regulado, na realidade, por outras leis. A sociologia também não consegue responder à questão central de como se estrutura a sociedade soviética, quais são as classes, camadas e grupos sociais que a compõem, como eles funcionam, como se reproduzem e interagem.

A incapacidade das ciências sociais de responder às questões mais fundamentais e, por conseguinte, prestar uma ajuda eficiente à *perestroika* é um resultado natural da gestão burocrática da ciência. Durante um longo período as ciências sociais desempenharam somente o papel de comentador respeitoso e adepto das decisões políticas do partido. O pensamento científico autônomo e a interpretação criadora dos problemas sociais não só jamais tiveram apoio como, não raro, foram punidos pelo aparelho administrativo. A probabilidade de publicação dos resultados obtidos era tanto menor quanto mais novos e originais eles fossem. A mediocridade florescia e ocupava cargos diferentes na ciência, enquanto os talentos eram privados da possibilidade de revelar-se plenamente. Como é natural, a sua atividade continuava, apesar de tudo. No silêncio dos seus gabinetes - e às vezes, de suas casas - dezenas de cientistas escreviam trabalhos destinados aos tempos em que se tornassem necessários. Agora, quando esta necessidade se fez sentir, muitos começaram a ser publicados. Mas as ciências sociais precisarão de um certo tempo para assimilar e integrar tais idéias, novas para elas. Além disso, os trabalhos escritos por cientistas, que não tinham praticamente contatos entre si, distinguem-se, com frequência, por seus paradigmas divergentes e, via de regra, correlacionam-se muito mal. A concepção integral da nossa sociedade no seu passado, presente e futuro só pode ser criada pelo trabalho coletivo de cientistas de diversas especializações.

Nas condições novas da atualidade, o pensamento social deve trabalhar primordialmente terrenos novos, jamais explorados antes. As suas tarefas não podem ser reduzidas à propaganda das decisões do partido. Elas consistem em fundamentar cientificamente novas decisões, elaborar a estratégia e a tática da *perestroika*, rastrear e analisar o desenrolar real deste complexo processo, revelar no momento oportuno as prováveis contradições e dificuldades, criticar os erros de gestão e elaborar medidas para superá-los. Uma premissa para o desenvolvimento criador da ciência é a realização de discussões e de debates abertos sobre os problemas mais

importantes. Tais discussões são importantes não só como um meio de busca da verdade, mas também como um caminho para a libertação gradual dos cientistas dos dogmas ideológicos e a evolução de um pensamento científico mais desinibido.

As notas que apresentamos a seguir sobre os problemas sociais da *perestroika* na URSS também têm o caráter de discussão. Não pretendendo de forma alguma ser "a verdade em sua última instância", elas se apresentam como um elemento do processo complexo de busca da verdade. A autora ficará plenamente satisfeita se este estudo despertar o interesse ou o desacordo do leitor, se o estimular a refletir sobre questões novas para ela e a elaborar a sua própria opinião a respeito.

O Lugar da Perestroika no Processo Geral de Edificação do Socialismo na URSS

Perestroika, renovação, depuração da sociedade... Cada uma destas noções tem o seu próprio sentido específico, mas necessita de uma explicação complementar quando aplicada à atual etapa de desenvolvimento histórico. Renovação - de que e com que finalidade? Depuração - de quê? Compreender isso só é possível, definindo-se o lugar ocupado pela *perestroika* no processo geral de edificação do socialismo.

Nas opiniões emitidas a este respeito pode-se identificar dois enfoques diferentes. O primeiro interpreta a *perestroika* como uma mudança das relações sociais que tem por objetivo assegurar a passagem da sociedade para um nível qualitativamente novo e mais alto de desenvolvimento. É evidente que este processo deve abranger várias etapas e que a sua duração geral dificilmente será inferior a várias décadas. Neste enfoque o conteúdo social da *perestroika* "perde-se" um pouco. Isto dificulta o prognóstico e a gestão deste processo.

De acordo com o segundo ponto de vista, a *perestroika* seria a alteração do tipo de orientação do movimento social. A essência desta etapa consiste em renunciar à política que conduziu o país à estagnação e em passar para a via do avanço dinâmico, com base no progresso técnico-científico e sócio-econômico. De acordo com esta interpretação, o desfecho da *perestroika* será a passagem da sociedade para uma orientação qualitativamente nova e mais eficiente e o início do avanço nesse sentido não exigirá mais do que dez ou quinze anos. Esta interpretação da natureza da *perestroika* permite formular, de modo mais concreto as tarefas gerenciais e dirigir mais eficientemente a sua resolução.

A necessidade de se alterar de forma radical a trajetória do desenvolvimento da sociedade significa que a trajetória anterior era errada. Isso obriga a ciência a fazer uma avaliação crítica global da via histórica percorrida antes. Não basta dizer que ela seguiu um "rumo errado"; é preciso

responder para onde ela nos conduziu, em que sentido se moveu nossa sociedade nos últimos vinte anos e no período anterior, que regime social nele se formou em diferentes etapas do seu desenvolvimento.

Para responder a tais perguntas não basta analisar o material fático relativo à história da sociedade soviética. É preciso estabelecer em que etapas a sociedade se aproximou e nas quais se afastou da via socialista. A atual etapa de desenvolvimento do socialismo na URSS também necessita de uma avaliação objetiva – sem dramatização artificial e sem tentativas de embelezamento.

A transparência inerente à *perestroika* ativou as forças criadoras da ciência, despertou-as da hibernação. Já foi iniciada a discussão das questões de que acabo de falar; note-se que as primeiras publicações a seu respeito suscitaram imediatamente um *boom* sem precedente de interesse de todo o povo em relação à história, uma necessidade massiva de compreender o caminho percorrido. Agora talvez seja possível considerar demonstrado que o desvio da sociedade soviética da trajetória indicada por Lenin começou em meados da década de vinte e se realizou em meados da década de trinta. Isso refuta a noção tradicional de que o socialismo na URSS tenha sido construído, em seus traços gerais, em meados da década de trinta.

Do ponto de vista da ciência moderna, está claro que a tese sobre a edificação do socialismo “nos seus traços básicos” foi apresentada por Stalin com objetivos demagógicos, isto é, para camuflar a morte real de milhões de pessoas inocentes devido à “deskulaquização”², à fome, às repressões políticas etc. Esta afirmação não tinha nenhum valor científico e comprovava apenas o imenso cinismo de Stalin. O mesmo se pode dizer a respeito da proclamação, em meados da década de setenta, do “socialismo desenvolvido” quando a sociedade estagnava, a sua economia deteriorava, a riqueza social era pilhada por uma máfia criminosa, o nível de vida dos trabalhadores baixava e a natureza era destruída. Como se podia falar então em “socialismo desenvolvido”? (No período da gestão de Brejnev a sociedade avançava não rumo ao socialismo, mas para o capitalismo monopolista de Estado e o totalitarismo político. Desse modo surgiu a necessidade de alterar os princípios da trajetória de desenvolvimento social. Desse modo, isso a nova direção do país lançou o slogan: “mais socialismo, melhor socialismo”. A essência social da *perestroika* consiste no retorno da nossa sociedade da via de degeneração estatal-monopolista, para a via leninista de construção do socialismo democrático, subordinado às necessidades do homem, à renovação e à depuração das relações sociais das distorções e deformações que nela surgiram.

Eu qualificaria a atual fase de desenvolvimento da nossa sociedade como período de transição do capitalismo e das formações pré-capitalistas

2. Processo de eliminação dos *kulaks*, considerados camponeses ricos (N. da T.).

at } para o socialismo ou, na melhor das hipóteses, como a edificação do socialismo “nos seus traços básicos”. Pois nenhum dos traços fundamentais do socialismo indicados no Programa do PCUS foi ainda realizado e para que isso aconteça é preciso ainda percorrer uma via longa. Para confirmar tal avaliação pode-se mencionar fatos, como o acentuado atraso da sociedade soviética em relação aos países capitalistas desenvolvidos quanto à produtividade do trabalho, o baixo nível de vida da população, a total incoerência na distribuição da renda de acordo com o trabalho executado, a eficiência mais elevada do trabalho individual e de pequenos grupos em comparação com o trabalho social, a necessidade objetiva do mercado, o baixo nível de planejamento da produção e muitos outros fenômenos. A avaliação correta do nível em que se encontra a sociedade é premissa indispensável da gestão eficiente para seu ulterior desenvolvimento. Ilusões a esse respeito podem acarretar uma gestão ineficiente.

Crítérios do Movimento Rumo ao Socialismo

Considerar a *perestroika* como sendo a transição para uma nova trajetória de desenvolvimento social suscita ainda uma série de questões. Ao reconhecermos que a antiga trajetória era falsa, temos que admitir uma certa probabilidade de repetição deste mesmo erro no futuro, mesmo sob outro aspecto concreto. Isto coloca a questão das “garantias” da justeza da nova via escolhida. E se ela conduzir não ao “crescimento” do socialismo, mas sim à sua degenerescência? É preciso não declarar, mas demonstrar de modo convincente que as novas transformações realizadas têm, agora sim, um caráter realmente socialista. Uma prova de que esta questão não é inventada é a existência e a ampla difusão de diferentes pontos de vista, um deles inerente a pessoas de tendências conservadoras com pensamento tradicional e outro, aos intelectuais com mentalidade crítica.

Os primeiros afirmam que a *perestroika* representa, na prática, um movimento não em direção ao socialismo, mas à restauração do capitalismo. Os seus argumentos mais importantes são indicações apoiadas em citações dos clássicos do marxismo-leninismo, quanto à incompatibilidade do socialismo com o mercado, quanto ao caráter anti-socialista do trabalho individual, familiar ou cooperativo, quanto à nociva redução do nível de socialização da propriedade, do ponto de vista do socialismo, vinculada à introdução das relações de empreitada e de arrendamento, quanto, enfim, à destruição dos valores socialistas resultante do reforço dos estímulos materiais ao trabalho. No que se refere ao segundo grupo, este afirma que, se, antes, já nos extraviávamos duas vezes da via de edificação do socialismo (inicialmente na época do stalinismo e depois na época da estagnação), não há garantias de que, passado algum tempo, a *perestroika* também não venha a ser qualificada de um desvio da via socialista. Por is-

so, este grupo exige que seja demonstrada a orientação socialista das transformações que estão sendo conduzidas.

Não se deve eludir de semelhantes considerações. O próprio fato da livre manifestação de opiniões, que contradizem doutrinas oficiais, é índice da *perestroika*, do desenvolvimento do pensamento social criador e do interesse ativo das pessoas na ressurreição do socialismo.

É preciso analisar com cuidado esta questão. É importante, particularmente, distinguir de um lado os traços relativos aos objetivos do socialismo (traços esses essenciais), que determinam a sua atração social, e do outro, as características que constituem os meios de consecução destes traços. Falando de uns e das outras, já não basta hoje apelar para as definições clássicas do socialismo feitas há mais de meio século ou, até mesmo, há um século; pois, na verdade, as teses do socialismo científico começaram a se desenvolver bem antes do início da edificação prática do novo sistema, e por isso, elas eram bastante abstratas e, numa certa medida, incorretas.

A propriedade social sobre os meios de produção, a liquidação do Estado, a ausência de relações mercantis, a economia nacional vista como uma fábrica única, funcionando em rigorosa conformidade com planos, o caráter diretamente social do trabalho, a distribuição de acordo com o trabalho, combinado com um sistema de previdência social para os deficientes físicos incapazes de trabalhar, a autogestão dos trabalhadores, a criação de condições para o desenvolvimento multifacético da personalidade de cada membro da sociedade – eis, provavelmente, os aspectos mais importantes das teses mencionadas. Mas os seus autores jamais consideraram tais concepções como definitivas. Muito pelo contrário – diversas vezes as reviram à luz do desenvolvimento da prática social, que jamais foi tão rica como hoje em dia. Desse modo, os cientistas sociais soviéticos devem trabalhar bastante, a fim de apresentar uma concepção global e concreta à respeito do “templo” a ser edificado.

Creio que hoje, ao definir o socialismo, deve-se colocar em primeiro plano os traços que tornam este sistema mais progressista e socialmente mais atraente do que o capitalismo. Isto se refere, antes de mais nada ao fato de que o maior valor do socialismo é o homem – seu desenvolvimento, bem-estar e felicidade. V. I. Lenin considerava o socialismo não simplesmente como a organização planificada da produção social, mas também como uma organização destinada a garantir “pleno bem-estar e desenvolvimento multilateral de todos os membros da sociedade”³. Na sua opinião “apenas o socialismo permite difundir amplamente e subordinar de uma forma real a produção social e a distribuição dos produtos a considerações científicas sobre como tornar a vida de todos os trabalhadores

3. V. I. Lenin, *Obras Completas*, t.6, p. 232 (edição russa).

mais fácil e proporcionar-lhes o máximo de bem-estar”⁴. Numa primeira aproximação, consideraria como traços essenciais do socialismo (isto é, aos traços relativos aos seus objetivos) o seguinte:

- superação total da pobreza de todos os grupos sociais, crescimento sistemático do bem-estar do povo, do nível de satisfação das suas necessidades materiais e espirituais;
- superação da exploração de uns grupos sociais por outros, eliminação de quaisquer formas de apropriação de rendas não resultantes do trabalho, distribuição socialmente justa da riqueza social em conformidade com o trabalho de cada membro da sociedade;
- elevado nível de democracia ou poder real do povo, amplo desenvolvimento de diversas formas de autogestão política, econômica e social, possibilidade de livre manifestação dos interesses de quaisquer grupos e camadas sociais;
- igualdade política e cultural das nações, superação do chauvinismo dos “grandes” e do nacionalismo dos “pequenos”, desenvolvimento das relações internacionalistas;
- amplas possibilidades para a obtenção da instrução e o desenvolvimento da personalidade, elevado nível de cultura e moral das pessoas, caráter humano das relações sociais;
- rigorosa observância das leis e justiça nos julgamentos, amplo desenvolvimento de diversas formas de garantias sociais e amplo espectro de direitos e de liberdades do homem.

Se o processo de desenvolvimento da sociedade conduzir ao reforçamento destas qualidades, isto significará aproximação do socialismo; mas caso se verifique uma debilitação destas qualidades, dificilmente caberia falar em edificação do socialismo. Quanto à propriedade estatal sobre os meios de produção e sobre os produtos, quanto ao planejamento diretivo da produção, à correlação das formas individuais e sociais, pagas e gratuitas, do consumo etc., tudo isto, do ponto de vista do socialismo, é importante não em si mesmo, mas apenas na medida em que serve para a consecução dos seus traços substanciais. Por exemplo, o único meio de superar a exploração de alguns grupos sociais por outros é a liquidação (ou, pelo menos, a restrição) da propriedade privada sobre os meios de produção. Logo, esta é uma das premissas necessárias à formação do socialismo. No entanto, não se deve confundir-la com o socialismo como tal. Toda a experiência histórica demonstra que a propriedade estatal sobre os meios de produção pode combinar-se com a conservação da pobreza num dos pólos e concentração da riqueza no outro, assim como com a exploração indireta – e, às vezes, até direta – de uns grupos por outros. Exemplos disso são a atividade dos grupos de Rachidov e de Adilov na Ásia Central, o desenvolvimento de grupos mafiosos em Moscou, e outros.

4. *Op. cit.*, t. 36, p. 381.

A comparação das tarefas fundamentais da *perestroika* indicadas nos documentos do XXVII Congresso do PCUS e da XIX Conferência do PCUS com os traços substanciais do socialismo confirma que a transformação planejada das relações sociais visa o fortalecimento do socialismo. Mas isso por si só ainda não garante um movimento real rumo ao socialismo. Um viajante que marcha por uma senda desconhecida, deve continuamente verificar a bússola. Da mesma maneira, a nossa ciência deve continuamente ajustar o andamento da reestruturação das relações sociais com os critérios de fortalecimento do socialismo a fim de oportunamente informar a sociedade sobre os desvios e as dificuldades que surgirem. E não se deve duvidar de que estas dificuldades, com certeza, serão muitas.

A tarefa mais fundamental das ciências sociais consiste em elaborar não só um modelo filosófico geral, mas também um modelo sociológico-concreto da sociedade socialista desenvolvida, capaz de se tornar um ponto de referência prático e seguro de gestão. Este modelo deve caracterizar, de maneira interligada, o sistema de relações econômicas, a estrutura social e o sistema de instituições políticas do socialismo (se possível, em várias alternativas). Com sua ajuda, pode-se criar um sistema de indicadores sociais que permita medir e avaliar o grau de desenvolvimento das relações socialistas em diversas esferas da vida social, definir o tipo de dinamismo da sociedade nas diversas etapas de seu desenvolvimento e comparar os resultados sociais de desenvolvimento de diferentes sociedades. A ausência de um modelo semelhante implica risco de perda do caminho.

Premissas Sociais da Perestroika

A reestruturação radical das relações econômicas, agora em marcha na URSS, é condicionada não por visões subjetivas dos novos líderes políticos, mas pelo efeito de processos objetivos. Por isso, ela não tem alternativas no amplo plano histórico. Se a direção anterior do país fosse mais competente e progressista, esta reestruturação deveria ter sido realizada há vinte, trinta anos. Por outro lado, se em meados da década de oitenta, outras pessoas subissem ao poder, a estagnação econômica e a deterioração social poderiam continuar ainda por décadas a fio. Neste caso o país se distanciaria cada vez mais do progresso e descambaria para a margem do desenvolvimento técnico-científico e sócio-econômico mundial. No final das contas, isto acarretaria o crescimento do descontentamento das massas, que se manifestaria em formas bastante críticas. Como resultado, o poder teria que escolher: voltar aos métodos stalinistas de manutenção do povo em submissão, ou realizar uma reforma radical de todas as relações sociais, isto é, precisamente aquilo que chamamos hoje de *perestroika*. Portanto, a realização da *perestroika* é um "imperativo categórico" que a história nos impõe. É preciso levá-la até o fim lógico - apesar de

todas as dificuldades, sem parar nem na metade do caminho, nem depois de percorrer 90% de sua totalidade. O preço de uma parada destas seria demasiado alto.

O que, precisamente, exige a transformação das relações econômicas? Na minha opinião, trata-se de três processos básicos.

① O primeiro deles tem como base o crescimento inexorável (embora na URSS o seu ritmo seja bastante lento) da base técnica de produção, o crescimento da tecnificação (*fondo voorujnost*) do trabalho e a elevação do papel do trabalho vivo na formação da eficiência geral da produção. O valor dos meios de produção utilizados pelo pessoal dos ramos técnica-mente mais desenvolvidos, às vezes, chega a superar o total dos seus salários correspondente a dez, quinze anos de trabalho; entretanto, a eficiência de funcionamento deste equipamento depende de maneira global da conduta das pessoas. Daí a tendência que se revela em todos os países do mundo, da elevação do papel do "fator humano" na produção e do aumento das exigências de qualidades sociais dos trabalhadores tais como a disciplina, a lealdade, a responsabilidade e a capacidade de acatar normas estabelecidas.

② O segundo processo é um resultado do progresso sócio-econômico, em particular da crescente urbanização da sociedade, da elevação da mobilidade territorial da população, do crescimento do nível de instrução obrigatório, do desenvolvimento dos meios de comunicação etc. Todos estes processos conduzem à alteração das qualidades sociais das pessoas: ampliação dos seus interesses, aumento das reivindicações, crescimento do acesso à informação, da autoconsciência social, da dignidade individual e do nível cultural. Tudo isso, por sua vez, eleva a capacidade de receber criticamente as ordens que "vêm de cima" a respeito do que e como se deve fazer. Quanto mais alto for o nível de desenvolvimento social dos trabalhadores, tanto maior será a resistência à gestão administrativo-autoritária, tanto mais agudamente far-se-á sentir a necessidade de autonomia e de direito à iniciativa própria. Desta forma, o sistema administrativo-burocrático de gestão da economia contradiz cada vez mais o tipo social do trabalhador em transformação.

③ O terceiro processo também é um resultado do progresso sócio-econômico. Porém, este processo não está relacionado com a modificação interna das pessoas, mas, com a modificação das condições externas de sua atividade, mais concretamente - com a debilitação da coação econômica de trabalhar e com a ampliação da liberdade de conduta na esfera econômica. Entre os fatores que contribuem para isso pode-se mencionar a elevação do nível médio de vida, o custo relativamente baixo dos produtos alimentícios, o aluguel baixo, a existência de sistemas gratuitos de instrução e de assistência médica, o sistema de aposentadoria para os idosos, a ausência do desemprego e a facilidade de obtenção do trabalho, amplas

possibilidades de exercício simultâneo de vários empregos ou de ocupação em trabalho individual ou em cooperativa e o crescimento das poupanças individuais da população. Tudo isso torna possível uma ampla escolha de modos de conduta na esfera do trabalho e da renda, dependendo das orientações axiológicas individuais, das necessidades e interesses das pessoas. A possibilidade desta opção reduz a aceitação pelos trabalhadores, dos métodos de gestão administrativo-autoritários. Não é por acaso que a maioria dos dirigentes aponta para as crescentes dificuldades em dirigir as pessoas por meio de ordens, às quais o "material humano" oferece uma resistência cada vez maior.

Como resultado disso tudo surge uma contradição entre o papel objetivamente crescente de fator humano na economia e a diminuição do seu gerenciamento real com a ajuda dos antigos métodos burocráticos. São manifestações desta contradição: o baixo nível da disciplina de produção e de trabalho, a atitude negligente dos trabalhadores em relação ao equipamento, a execução descuidada do trabalho, casos freqüentes de absentismo, de atrasos e de paradas injustificadas da produção. Em síntese: a redução da eficiência da produção e a piora das qualificações profissionais dos trabalhadores. Daí decorre a necessidade de uma transformação das relações econômicas que crie condições para o trabalho criador, ativo e interessante de todas as categorias e grupos de trabalhadores.

Objetivos Sociais da Perestroika

A visão social dos objetivos da *perestroika* evoluiu segundo quatro etapas. De início foi apresentada a tarefa da aceleração do desenvolvimento sócio-econômico do país. Pressupunha-se, então, que era preciso mover-se na mesma direção, mas a ritmos mais acelerados. Com rapidez, porém, compreendeu-se a insuficiência da aceleração puramente quantitativa do desenvolvimento. Tornou-se evidente que para conseguir o desenvolvimento eficiente da economia era preciso transformar os mecanismos internos de gestão da economia, realizar uma reforma que permitisse não só acelerar o ritmo de crescimento da produção, mas também tornar a economia mais moderna, mais sensível ao progresso técnico-científico, mais eficiente e flexível economicamente. Foi considerada como tarefa mais importante da reorganização do mecanismo econômico, a ativização do fator humano, através da superação da alienação dos trabalhadores em relação aos meios e resultados do trabalho. Este foi um passo importante para a compreensão em profundidade das tarefas a resolver, mas ainda não se pôs em dúvida a justeza do rumo geral de desenvolvimento da sociedade.

A terceira etapa estava relacionada, na minha opinião, com a conscientização da unidade entre o mecanismo de gestão da economia e a estru-

tura social. Em outras palavras, com conscientização do fato de que as raízes da conduta econômica das pessoas derivam das relações entre as classes, camadas sociais e grupos, isto é, da estrutura social. Essa última, por sua vez é formada, basicamente, pelo sistema de relações econômicas. Por isso, cada reforma séria do mecanismo econômico é acompanhada por mudanças sociais – surgimento, crescimento ou desaparecimento de vários grupos sociais e alteração das relações entre eles. A conscientização deste fato conduziu à formulação da tarefa de reestruturação não só das relações econômicas, mas também de outras relações sociais, isto é, da realização de uma reforma ampla e completa, destinada a alterar alguns traços qualitativos e de fundo da sociedade. Portanto, foi preciso formular de modo adequado os objetivos da *perestroika*. Foram colocadas em primeiro plano as tarefas de fortalecimento, de renovação e de depuração do socialismo, e de desenvolvimento da justiça socialista.

Ao mesmo tempo, o desenvolvimento da *perestroika* começou a se deparar com a resistência de algumas forças sociais. Se nas grandes cidades o avanço deste processo não era muito firme, no interior a maioria da população simplesmente não notava qualquer movimento. Pelo contrário: o abastecimento de produtos alimentares da população piorou em muitas regiões do país, os preços dos bens de consumo subiram e os novos métodos de gestão da economia ficaram no papel. Tornou-se claro que a "chave" para a realização da *perestroika* se encontrava não na esfera sócio-econômica mas, antes de mais nada, na esfera política, mais concretamente, na esfera da direção partidária. Sem a democratização radical do poder político era impossível a resolução dos problemas essenciais. Por este motivo foi preciso, uma vez mais, rever, aprofundar e radicalizar a formulação dos objetivos das reformas em curso. M. S. Gorbachev manifestou a idéia de que a *perestroika*, vista em sua profundidade, totalidade e multilateralidade de conseqüências, não seria uma reforma, mas uma revolução social. Com isso, colocou-se a questão já não em termos da transformação gradual deste ou daquele aspecto das relações sociais, mas em termos de um sistema de medidas muito mais fortes e concentradas no tempo.

A questão básica de qualquer revolução é a questão do poder. A revolução significa uma mudança brusca do rumo e a inauguração de uma etapa essencialmente nova de desenvolvimento da sociedade. No nosso caso, trata-se do abandono da via monopolista estatal e totalitária e do retorno revolucionário para a via da edificação democrática do socialismo, cujos resultados sociais mais importantes devem ser:

- elevação do nível de vida da população, fim do desabastecimento de produtos alimentícios, ampliação da variedade e elevação da qualidade dos produtos industrializados e o desenvolvimento rápido de diversas formas de assistência social à população;

- realização conseqüente do princípio do socialismo "de cada qual segundo à sua capacidade, a cada qual, segundo o seu trabalho", desenvol-

vimento e fortalecimento da justiça socialista, superação de todas as formas de exploração direta e indireta e alguns grupos sociais por outros;

– superação da alienação dos indivíduos em relação aos objetivos e valores sociais, através da democratização conseqüente das relações econômicas e políticas, desenvolvimento de participação dos trabalhadores na gestão, transparência, criação de possibilidades para livre manifestação dos interesses de todos os grupos sociais, assim como de diversos povos e nações;

– ulterior desenvolvimento de garantias sociais, ampliação dos direitos e das liberdades do homem, fortalecimento da legalidade, humanização das relações sociais.

Do ponto de vista do desenvolvimento das relações socialistas, o ponto central é a consolidação do princípio de justiça social. A expressão do seu conteúdo encerra dois elementos básicos: primeiro a concessão, a cada membro da sociedade, da possibilidade de desenvolvimento e de utilização de suas aptidões; segundo, a garantia de uma justa recompensa pelo trabalho, considerado em termos de quantidade e de eficácia final. Hoje, o valor social de ambos os elementos é aproximadamente igual; mas à medida que a sociedade se desenvolver, o papel das condições que asseguram a evolução das potencialidades criadoras da personalidade tenderá a crescer.

As premissas fundamentais para a realização do princípio “de cada qual de acordo com sua capacidade” consistem, em primeiro lugar, na criação de oportunidades iniciais mais ou menos iguais de desenvolvimento das crianças e dos adolescentes das diferentes nações, classes e camadas sociais; habitantes das diferentes regiões do país, na cidade e no campo. Segundo, na justiça social e na transparência da política de quadros, e na concessão de cargos e funções a pessoas possuidoras de instrução, preparação profissional e propriedades sócio-psicológicas necessárias etc., para desempenhá-las melhor; na redução ao mínimo da utilização dos vínculos pessoais e de parentesco, da concessão de trabalho em “troca de favores”, de promoção das “suas” pessoas e sem falar já da “compra” de lugares de prestígio por meio de suborno. Terceiro, na concessão a todas as categorias de trabalhadores de possibilidades reais de trabalhar desenvolvendo ao máximo as suas aptidões, de realizar por inteiro o seu potencial intelectual, de utilizar eficientemente o tempo de trabalho, de dar provas de iniciativa técnica e econômica, de realizar os seus planos criadores etc. A realização desta premissa pressupõe um melhoramento substancial da organização da produção, a libertação dos trabalhadores da tutela mesquinha e a ampliação dos princípios de emulação, do desenvolvimento de formas cooperativistas e individuais de produção. Em cada uma destas direções ainda é preciso fazer muito.

Quanto à remuneração de acordo com o trabalho executado, a realização conseqüente deste princípio também depende de sérias condições.

Em primeiro lugar, a garantia das macroproporções de remuneração das grandes categorias de trabalho, que sejam socialmente justas e correspondentes aos interesses sociais. Tenho em mente a relação entre as rendas das pessoas ocupadas no setor social e no setor individual-cooperativista da economia, na esfera da produção material ou na de serviços, dos trabalhadores que se dedicam às tarefas intelectuais ou braçais, qualificadas ou não-qualificadas, pesadas ou leves. Por enquanto, nesta esfera reina tamanha confusão que não se pode falar de qualquer justiça no sistema existente de remuneração do trabalho.

Em segundo lugar, garantia de uma remuneração socialmente justa e estimulante da eficiência dos trabalhadores, por diferentes qualidades de trabalho, numa mesma categoria. Trata-se de distinguir a remuneração paga por um trabalho de alta qualidade e um outro negligente e irresponsável a pessoas que exercem a mesma profissão – tratoristas, professores, torneiros etc.

Em terceiro lugar, aproximação entre os preços do varejo e o valor social dos bens correspondentes, de maneira que cada pessoa gaste na satisfação das suas necessidades num e noutro caso, a mesma porção de renda e possa receber em troca uma quantidade semelhante de trabalho social materializado. Caso contrário, a fase da troca do dinheiro por mercadorias ou serviços transforma-se numa forma disfarçada de redistribuição da renda, que é o que se verifica na prática. O atendimento desta condição requer a criação de um mercado de consumo unificado, aberto para todos os grupos da população, a igualdade da capacidade aquisitiva dos rublos pertencentes às diferentes camadas e grupos sociais.

Em quarto lugar, superação da tendência de transformação dos fundos sociais de consumo em fonte de renda complementar de grupos privilegiados da população e restabelecimento das suas funções, praticamente perdidas, de criação de garantias sociais para a população inapta para o trabalho; o desenvolvimento de formas sociais de consumo que correspondam à natureza do socialismo.

A resolução da maior parte destas tarefas está vinculada à reestruturação do mecanismo econômico, pois é precisamente ele que regula os procedimentos de formação do fundo salarial, de estabelecimento de tarifas e de vencimentos dos trabalhadores, as formas e os modos da remuneração do trabalho nos diversos ramos, o sistema de preços de atacado e varejo, os princípios de distribuição e de pagamento de moradias, dos serviços de assistência médica, de instrução, das instituições de cultura etc. Mas, por enquanto, ao que me parece, as mais importantes medidas relativas à reestruturação do mecanismo de gestão da economia são planejadas e implementadas com o único objetivo de aumentar a eficiência da economia. Os objetivos sociais não só não gozam da “igualdade de direitos” com os econômicos (o que aliás, é um contra-senso, pois apenas uma economia eficiente é que pode proporcionar meios necessários para a re-

solução dos problemas sociais) como muitas vezes não são sequer considerados. A este respeito pode-se dizer que os objetivos sociais devem ser alcançados não tanto através do aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão, quanto mediante uma política social especialmente elaborada. E isso, em certa medida, é justo. Desconcerta apenas o fato de que esta política social, por enquanto, quase não leva em conta os processos e as mudanças que surgirão inevitavelmente e já surgem no processo de reestruturação das relações econômicas. Assim, os rumos das transformações econômicas e sociais não estão bem coordenados entre si. A fim de superar esta divergência é preciso elaborar a política social de maneira a levar em conta tanto os resultados planejados diretamente, quanto as consequências sociais indiretas da reestruturação das relações econômicas.

Conseqüências Sociais da Perestroika: Desemprego Estrutural

A perestroika, como qualquer outro processo social não conduz apenas a resultados positivos, mas acarreta, também, o surgimento de novos problemas, incluindo os de caráter social. Se a ocorrência destes problemas não for prevista de antemão, se não forem prognosticados seu volume e suas características estruturais, nem elaborados os meios para sua resolução, será inevitável uma grande tensão social e crescerá o descontentamento das pessoas em relação à perestroika. Para não acentuá-los, os líderes políticos talvez precisem controlar o seu desenvolvimento e evitar tais resultados que ameaçam o êxito geral.

Deter-me-ei em alguns problemas concretos, cujo surgimento deve ser previsto em razão da reestruturação da economia.

No momento, na maioria dos ramos da economia e das regiões do nosso país existem muitas vagas – tanto para operários, quanto para o pessoal administrativo. Assim, verifica-se aparentemente uma insuficiência da força de trabalho. Na realidade, esta insuficiência é artificial, pois se deve não a uma falta em termos absolutos de trabalhadores em relação às necessidades da produção mas, sim, à sua utilização ineficiente. Como não há ligação entre os resultados econômicos da atividade e a situação dos coletivos de trabalho, em particular, o seu nível de salários, tanto os simples membros destes coletivos quanto os seus dirigentes não estão interessados em dispensar os trabalhadores em excesso. Como se diz: “o Estado não ficará mais pobre por causa disso”. Segundo estimativas de especialistas, o coeficiente de trabalhadores em excesso (isto é, não necessários) chega à aproximadamente 15%, a sua exoneração permitirá elevar a produtividade do trabalho em 20-25%. Do confronto destes números é claro que o excedente de força de trabalho não só não proporciona benefício algum à economia como a prejudica diretamente. De acordo com a opinião pública (segundo pesquisa de dezembro de 1988), as pessoas que execu-

tam um trabalho inútil encontram-se mais que tudo nos ministérios e nos órgãos administrativos (é esta a opinião de 43% dos entrevistados), nos órgãos sindicais e da juventude comunista (26%), nos soviets e nos órgãos do partido (22% dos entrevistados).

Em 1989 a maioria esmagadora das empresas soviéticas passou para o regime de autofinanciamento, o que significa estabelecer uma dependência direta entre as rendas dos trabalhadores e os resultados econômicos do seu trabalho. Quanto menor for o número de pessoas empenhadas na execução de um certo trabalho, tanto maior será o salário de cada executor. Isto criará estímulos diretos para a exoneração dos trabalhadores excedentes, que são pagos pelo coletivo atualmente de seu próprio bolso. Aumentou também o interesse dos coletivos pela introdução de inovações técnico-científicas – o que também contribui para a dispensa de trabalhadores. No mesmo sentido influirá também a liquidação de empresas não-rentáveis.

De acordo com estimativas de especialistas, o número total de trabalhadores que serão demitidos chega a quinze ou dezesseis milhões, isto é, um enorme exército. O processo de redução do pessoal já começou. À pergunta se haviam percebido que ultimamente se tornaram mais freqüentes os casos de demissão de trabalhadores, 52% das pessoas interrogadas responderam de modo afirmativo e 28% disseram que não se depararam pessoalmente com semelhantes casos, mas tinham ouvido algo a este respeito. Como se deve encarar este fenômeno? Como avaliar a sua correspondência ou não-correspondência com os valores socialistas? E, enfim, que medidas se deve tomar, para minimizar o seu efeito social?

Temo que os cientistas sociais soviéticos, por enquanto, não estejam preparados para dar uma resposta fundamentada e concreta a tais questões. Alguns deles consideram que o surgimento de desemprego é inadmissível por princípio, insistem na necessidade de conservar o direito geral ao trabalho na produção social, independentemente dos seus resultados econômicos.

Outros afirmam que a produção contemporânea não pode desenvolver-se de maneira eficaz sem certas reservas de mão-de-obra. Por isso, a existência de um certo número de pessoas temporariamente desocupadas é economicamente necessário.

As consequências negativas da existência do exército de reserva de trabalho podem ser compensadas pelas correspondentes garantias sociais, como é feito nos países capitalistas desenvolvidos. Para confirmar este ponto de vista, seus partidários ressaltam que o desemprego parcial da população existe já há tempo em muitas regiões do país, principalmente, na Ásia Central e na região transcaucasiana. Deste modo, não se trata de horrorizar-se face à idéia da possibilidade de surgimento do desemprego; é preciso estudar seriamente as suas dimensões e forma contemporâneas,

os fatores que o provocam e as suas conseqüências, a fim de utilizar os resultados da pesquisa para a elaboração da política social.

Há quem ressalte que a insuficiência artificial de força de trabalho e a mobilidade fácil e indolor de uma empresa para outra acarreta conseqüências não menos negativas do que o desemprego temporário de uma parte dos trabalhadores, pois o emprego na produção social perde qualquer valor e é interpretado pelas pessoas como algo natural. Em conseqüência, as pessoas não atribuem valor ao emprego, a qualidade do seu trabalho cai, com freqüência mudam de emprego em busca de condições de trabalho mais favoráveis. Com isso a eficiência da produção cai. Nesse sentido, seria mais eficiente um sistema em que as pessoas demitidas das suas empresas sentissem certas dificuldades em encontrar novo emprego, devessem passar por novo treinamento, mudar de profissão, ou passar para um cargo inferior ou pior. Este sistema colocaria os trabalhadores em condições econômicas e sociais mais severas e deles exigiria um trabalho de melhor qualidade.

Este último ponto de vista me é mais próximo, mas a opinião pública não está preparada para admiti-lo. De acordo com dados de uma pesquisa, 58% das pessoas consideram que o desemprego na URSS é inadmissível, 17%, que ele é possível como um fenômeno restrito e temporário e apenas 13% dos entrevistados são de opinião que o desemprego é necessário para tornar a economia mais eficiente. Além disso, a questão está na medida. É importante saber quantos e quais trabalhadores podem ficar desempregados e no decorrer de que período os que desejam reintegrar-se no trabalho podem fazê-lo. De um modo geral, a nossa sociedade dispõe de grandes possibilidades para proporcionar um novo emprego aos trabalhadores que serão exonerados no processo de introdução do novo mecanismo econômico. Por exemplo, no país há muitas regiões e ramos da economia que sentem real insuficiência de força de trabalho. Mais: a maior parte do equipamento das empresas da indústria de transformação funciona em regime de um turno ou um turno e meio, isto é, com bastante ociosidade. O afluxo de trabalhadores novos ajudará a utilizar este equipamento de forma mais eficiente. É subdesenvolvida a esfera de serviços oferecidos à população e o fator principal que limita o seu desenvolvimento é a baixa qualificação. Neste setor podem encontrar trabalho muitas mulheres exoneradas do setor de produção material. Os setores cooperativista e individual de produção tornam-se concorrentes reais das empresas estatais. Neles "não é preciso procurar trabalho" – basta que se revele qualquer necessidade da população ou das empresas que você possa satisfazer; nas condições de falta total de mercadorias e de serviços isto é bastante fácil. Quando todas as reservas estiverem esgotadas, a sociedade soviética ainda terá à sua disposição um instrumento importante como a diminuição do fundo total de tempo de trabalho. Ela pode ser obtida através de vários caminhos: redução da jornada ou da semana de trabalho, au-

mento das férias, extensão das licenças às mães para educação dos filhos pequenos etc. Portanto, no plano puramente quantitativo, o problema de desemprego não surge numa economia planejada. Mas os aspectos estruturais do seu surgimento são inevitáveis. Apontarei apenas alguns deles.

1. É evidente que os primeiros a serem exonerados serão os piores trabalhadores – os menos qualificados, os indisciplinados, os negligentes, aqueles tendentes ao abuso de bebidas alcoólicas etc. Uma parte significativa destes trabalhadores tem baixo nível de instrução e está em idade avançada; o seu treinamento em novas profissões é, portanto, problemático. Se a questão de sua colocação não for resolvida de antemão, muitos deles poderão marginalizar-se, transformar-se em lúmpens, desclassificar-se, tornar-se fonte de perigo e de tensão social.

2. É grande a probabilidade de que venham a ser exoneradas pessoas de saúde precária, mães de filhos pequenos e pessoas em idade de pré-aposentadoria. Estes grupos não poderão concorrer em pé de igualdade com homens jovens e sadios, livres do trabalho doméstico e as empresas, necessitadas de força de trabalho, só os admitirão em último lugar. Logo, é preciso: primeiro, pensar em um sistema de garantias sociais destinadas a apoiar este grupo de trabalhadores; segundo, elaborar um sistema de medidas capazes de proporcionar-lhes um novo emprego. Disso devem cuidar trabalhadores do Goskontrud⁵ e os sindicatos soviéticos. Em particular, merecem atenção especial as medidas para introdução da modalidade prática de emprego parcial e do trabalho realizado em casa pelas mulheres e pelas pessoas idosas e doentes.

3. É especialmente complexa a recolocação dos trabalhadores das empresas não-rentáveis que devem ser fechadas. Se as empresas deste tipo estiverem localizadas em grandes cidades, a resolução do problema é relativamente fácil. E o que fazer quando as não-rentáveis são o *kolkhoz* ou o *sovkhoz*, ou uma empresa da indústria extrativa, que constituem a única pensava-se outra e se fazia uma terceira, a vida do país estava impregnada de hipocrisias e de mentiras. A parte mais evoluída e ativa da população se alienava dos objetivos e dos valores sociais, restringia-se à vida pessoal, à acumulação de bens, à procura de impressões fortes etc. Agora a sociedade soviética paga por ter tolerado tanto tempo a sua hipocrisia moral. Pois uma parte significativa de pessoas, que obtiveram a possibilidade de se incorporar à vida social, não procura aproveitá-la, preferindo permanecer numa posição evasiva do tipo: "quem viver, verá". Estas pessoas ouviram durante a sua vida demoradas promessas sedutoras e vivenciaram muitas mudanças que não conduziram a melhoria alguma.

Chega-se, assim, a um círculo vicioso: para que a *perestroika* dê resultados reais é preciso ativar a população. Mas isso requer, por sua vez,

5. Comitê Estatal do Trabalho, Salários e Questões Sociais (N. da T.).

fonte de emprego nos locais correspondentes? No caso da sua liquidação é preciso ou proporcionar a instalação da população de povoados inteiros em outros locais, ou enfrentar o surgimento do desemprego local com todas as suas conseqüências sociais. O que fazer então? Por enquanto, não foi encontrada uma resposta satisfatória para esta questão. Vários Estados, entre os quais a Hungria, a China e a URSS, já anunciaram a necessidade e a resolução subjetiva de fechar empresas não-rentáveis. Mas nenhum deles se decide a executar esta medida em dimensão considerável, temendo as de conseqüências sociais. Como resultado, as empresas não-rentáveis continuam a existir graças a subvenções dos orçamentos estatais e o novo mecanismo econômico baseado na ligação estreita entre os resultados da atividade econômica e a situação dos trabalhadores não pode funcionar a contento.

Conseqüências Sociais da Perestroika: Crescimento da Diferenciação de Rendas

O aumento do desnível entre as rendas individuais é um resultado inevitável do desenvolvimento das novas formas de remuneração do trabalho na produção social (empreitada coletiva ou familiar, arrendamento), assim como do desenvolvimento de cooperativas pequenas e da atividade individual. O objetivo básico da reestruturação das relações econômicas é a criação de estímulos efetivos ao trabalho, é a superação efetiva da nivelção dos salários e de remuneração com base em dados falsos anteriormente praticados. Aparentemente, tudo está bem claro no que se refere a estes fatos, mas na prática surgem pelo menos dois problemas sociais que é necessário mencionar.

1. O primeiro se relaciona com o predomínio evidente, na sociedade, de valores igualitaristas, engendrados pela longa prática da distribuição igualitária de renda. Representantes da maioria dos grupos sociais tendem a considerar que na sociedade socialista (e, por conseguinte, na sociedade soviética) ninguém deve receber uma renda que seja considerada superior a um certo nível médio - nem os diretores das maiores associações de empresas (*obiedinieni*), nem escritores e artistas mundialmente famosos, nem destacados esportistas ou personalidades políticas, nem muito menos operários ou camponeses mais avançados. Não importa como esta gente trabalhe, não importa o volume de renda que a sua atividade proporcione ao Estado, não importa como o trabalho do mesmo tipo seja pago em outros países. O mais importante é que todos ganhem aproximadamente o mesmo. Ampla difusão de semelhantes pontos de vista entre os trabalhadores dos órgãos do partido e dos sovietes representa certa ameaça à reforma econômica, pois a maioria dos projetos que realizam as suas idéias visa impedir o aumento "excessivo" das rendas das empresas e dos trabalhadores mais eficientes.

Mas o problema não é apenas de ordem administrativa. Uma atitude hostil em relação à possibilidade de alguém receber uma renda "demasiado alta" é muito difundida também em outras camadas da sociedade. Assim, na agricultura agora adquire uma difusão cada vez maior a empreitada, por meio da qual, pequenos coletivos de trabalhadores assumem todas as preocupações com a produção e no fim do ano entregam-na aos *kolkhozes* e *sovkhozes* a preços estabelecidos de antemão. Como coletivos empreiteiros são muito eficientes, a sua renda, quando do ajuste de contas, amiúde é várias vezes mais alta do que a renda dos demais trabalhadores. Aparentemente, está claro que isto está vinculado a uma produtividade do trabalho muito mais alta. Porém a atenção dos demais trabalhadores não está voltada para isso, mas apenas para as "sommas enormes" que devem ser pagas a estas pessoas. Ao mesmo tempo muitas vezes se conclui que as tarifas estabelecidas são elevadas, que é preciso revê-las para ajustá-las à soma "normal" de renda. E isso quando no país estão sendo dados apenas os primeiros passos para fortalecer os estímulos materiais ao trabalho. No futuro, a resistência psicológica à reforma, que permite o crescimento da diferenciação de rendas indubitavelmente crescerá. Logo, é preciso um trabalho de esclarecimento, uma ampla discussão com a população sobre o conteúdo do princípio "de justiça socialista", sobre a sua relação com o princípio da distribuição igualitária de renda, independente da qualidade e dos resultados do trabalho.

2. O segundo problema está relacionado com o desenvolvimento do trabalho individual e cooperativista. O seu objetivo básico é o fim do desabastecimento de bens de consumo e serviços e uma satisfação melhor de sua demanda, por conta de recursos complementares de trabalho, financeiros e materiais, mobilizáveis pela população. Embora a Lei sobre as Cooperativas tenha sido adotada na URSS há pouco tempo (em 1988), no país funcionam dezenas de milhares de cooperativas que fornecem produtos no valor aproximado de um bilhão de rublos. Mas o que importa não é o seu volume. É que as cooperativas produzem justamente as mercadorias e serviços que gozam de maior procura, isto é, satisfazem as necessidades mais essenciais da sociedade.

3. Como é natural, as rendas dos cooperados superam consideravelmente o salário médio pago na economia nacional. Como regra, isto se deve à melhor organização do trabalho, aos pequenos gastos suplementares, e à correlação vantajosa entre a procura e a oferta, ou seja, elas são econômica e socialmente fundamentadas. Ao mesmo tempo, surgem grandes deformações devidas ao jogo dos preços de mercado, à baixa qualidade dos produtos fabricados pelas cooperativas e também a operações ilícitas, na forma de compras massivas de bens deficitários nos estabelecimentos estatais e sua revenda por preços de cooperativas, após pequenas modificações nos seus aspectos exteriores.

Como resultado, começam a se acumular na esfera das cooperativas e da atividade individual, fortunas bastante grandes, de origem evidentemente especulativa. Surge uma camada social nova com um sistema particular de valores, com um modo de vida e de comportamento específico, suscitando o descontentamento da maioria dos trabalhadores.

Este descontentamento é constantemente derramado nas páginas de jornais e revistas, tornando-se um fato na consciência das massas. A maioria dos trabalhadores dos órgãos administrativos também encara as cooperativas com desconfiança. As suas considerações são mais ou menos as seguintes: "Se eu, trabalhando o dia inteiro, num cargo de tamanha responsabilidade, ganho apenas 400-500 rublos por mês, por que um membro de cooperativa, cujos méritos são de longe muito menores, deve ganhar mais? Isso é inadmissível". Talvez tenha sido por causa de considerações deste tipo que foi submetido ao exame do Soviete Supremo da URSS, um projeto de lei sobre tributação das cooperativas que exclui quaisquer estímulos ao seu desenvolvimento. Na sua discussão, o projeto foi rejeitado. Mas o problema da regulamentação social e economicamente justa das rendas individuais nas novas condições de gestão da economia continua atual e exige decisões práticas.

A Perestroika como Processo Social

O que foi dito torna evidente que, a par do projeto de reestruturação do mecanismo econômico são necessárias, também, primeiro uma concepção de política social, capaz de eliminar a tensão social vinculada à introdução de novas relações econômicas; segundo, uma concepção cientificamente fundamentada da estratégia e da tática social da *perestroika*. Pois esta não se realiza no "espaço cósmico" mas na esfera do entrelaçamento de interesses vitais de múltiplos grupos sociais, quando as situações de alguns deles melhoram, e as de outros pioram. Daí a não coincidência de interesses e a luta das forças sociais que apóiam a *perestroika* ou resistem à sua realização. De que grupos se trata, como identificá-los?

Infelizmente, uma visão consensual da estrutura social da nossa sociedade não foi por enquanto elaborada. Assim, utilizarei um modelo simplificado de corte vertical desta estrutura, que destaca quatro camadas sociais: ① representantes do escalão superior do poder político e econômico; ② funcionários responsáveis do aparelho do Partido e do Estado (a "nomenclatura"); ③ dirigentes de unidades econômicas do escalão superior e médio (desde os diretores gerais de uniões de empresas (*obiediniéniú*) até os chefes de oficinas ou departamentos) e ④ a massa fundamental de trabalhadores (operários, kolkhozianos, intelectuais), cujas funções são sobretudo executivas.

Uma análise dos resultados de pesquisas sociológicas e materiais da imprensa demonstra que a atitude destes grupos em relação à *perestroika* varia substancialmente. O grupo de dirigentes políticos do Estado desempenha o papel de iniciador e ideólogo da *perestroika*. Na realidade, a composição inicial deste grupo era, neste sentido, heterogênea; por isso, durante vários anos ele foi reorganizado e fortalecido. Dirigentes políticos não interessados na renovação da sociedade, imobilizados por dogmas ideológicos, passivos e, além disso, comprometidos, foram exonerados dos órgãos do poder e substituídos por quadros mais jovens, capazes, qualificados e fiéis à *perestroika*. Como resultado criou-se e fortaleceu-se um núcleo bastante forte de reformadores sociais radicais. Na minha opinião, a maioria deles guia-se, em primeiro lugar, pelos interesses da sociedade, que consistem em retirar o país, o mais rápido possível, da crise econômica e social, em sanear a economia nacional e fortalecer a situação da URSS na comunidade mundial. Os interesses do grupo de líderes políticos do Estado coincidem em muitos aspectos com os interesses sociais, pois além de mais prestigioso, é mais fácil estar à testa de uma sociedade poderosa, que se desenvolve dinamicamente e goza da simpatia geral, do que chefiar um Estado totalitário.

Os funcionários responsáveis pelo aparelho do Partido e pelos órgãos administrativos (a "nomenclatura") encontram-se numa situação bastante diferente. Como resultado da *perestroika* o seu número diminui, o volume do seu poder se reduz, a responsabilidade cresce, o conteúdo do trabalho torna-se mais complexo e a estabilidade da situação cai. Neste grupo há muitas pessoas progressistas, capazes de elevar-se acima dos interesses do grupo e trabalhar em benefício da *perestroika*. Mas a sua maioria é produto da época anterior e traz o marco de relações características daquela época. Estas pessoas assimilam com dificuldade as idéias da *perestroika* e opõem-se à sua realização. Por isso, a maioria das idéias progressistas dos líderes políticos, ao passar através do aparelho, transforma-se em um conjunto de medidas amorfas e indefinidas, incapazes de produzir o efeito necessário.

A atitude dos dirigentes das unidades econômicas em relação à *perestroika* tem um caráter contraditório, porquanto ela melhora alguns aspectos da sua situação, mas piora outros. Os direitos econômicos dos dirigentes da produção (pelo menos, de acordo com as intenções) são ampliados. O seu prestígio social cresce. A sua situação material pode melhorar consideravelmente, se o seu trabalho for bom. Por outro lado, o seu trabalho torna-se mais complexo, e a sua responsabilidade aumenta. Nestas condições, a atitude concreta de dirigentes em relação às novas condições de gestão depende substancialmente das suas qualidades individuais e sociais. Dirigentes mais instruídos, enérgicos, com experiência e iniciativa estão interessados em ampliar a autonomia, em elaborar e reali-

zar uma política estrutural eficiente, em introduzir o progresso técnico-científico, em penetrar no mercado mundial, em melhorar as condições sociais de trabalho dos seus coletivos etc. Eles apóiam a *perestroika* e procuram implementá-la apesar da resistência da burocracia. Em compensação, os que não sabem e jamais souberam administrar, os que são destituídos de iniciativa, temem o risco, estão habituados a parasitar à custa das empresas que funcionam melhor e não têm pressa em assimilar as novas condições de gestão, buscam as mais diversas possibilidades de camuflar o antigo conteúdo com formas novas.

Mas por mais importante que seja a atitude dos diferentes grupos de dirigentes em relação à *perestroika*, a influência decisiva sobre o seu desenrolar será exercida (e continuará ulteriormente a ser) pelo grupo maior, que congrega os trabalhadores. A *perestroika* é realizada visando precisamente os interesses deste grupo, mais interessado do que outros no crescimento do bem-estar, na superação do déficit e em outros. Mas isso, nas intenções, em perspectiva. Por enquanto, os processos suscitados pela *perestroika* nem sempre melhoram a situação dos trabalhadores.

Antes de mais nada, são bastante diferentes as probabilidades que os diferentes grupos de operários, camponeses e intelectuais têm de ganhar ou perder com a reforma. As maiores possibilidades de melhorar a sua situação são daqueles capazes de trabalhar com mais eficiência, a fim de ganhar mais e viver melhor (isto é, a parte mais jovem, instruída e de iniciativa dos trabalhadores), assim, como os que são agora, sem razão, economicamente menosprezados e ganham menos do que merecem por seu trabalho. Ao contrário, a situação dos que agora recebem rendas, vantagens e privilégios imerecidos, assim como a situação daquela parte da população que, por força de determinadas razões é incapaz de aumentar a sua contribuição para a economia, será desfavorecida pela *perestroika*.

Não se deve perder de vista também o diferente grau de conscientização dos diversos grupos no que se refere a seu papel na transformação da economia. Para uma grande parte da população este processo de conscientização está apenas começando. Muitos ainda consideram a *perestroika* como mais uma campanha, do tipo de muitas anteriores, ou como uma reforma puramente administrativa que diz respeito apenas à "chefia". A compreensão da *perestroika* como reforma real de todas as esferas das relações sociais destinada a fazer voltar a sociedade soviética para a via socialista e melhorar a situação dos trabalhadores é, por enquanto, pouco difundida. Este é um dos fatores que freiam a marcha das transformações revolucionário-democráticas.

Estratégia Social de Gestão da Perestroika

Já assinei anteriormente que para dirigir a *perestroika* é preciso uma estratégia pensada profundamente; o sujeito de sua elaboração e realização é a direção política do país, o seu objeto são os demais grupos sociais.

A atitude fria em relação à *perestroika* por parte da maioria do aparelho partidário-administrativo patenteou-se muito depressa, mas suas raízes objetivas foram reveladas bem mais tarde. De início supunha-se que a influência freadora do aparelho sobre a execução das decisões políticas estaria relacionada com o fato de seus trabalhadores "não terem compreendido ainda" a importância real da *perestroika*. Por este motivo, foram durante muito tempo adotadas medidas para educá-los e convencê-los. Tornou-se evidente, porém, com o tempo, que a conduta do aparelho refletia os seus próprios interesses. Com o correr do tempo, ele se consolida e organiza formando uma poderosa "linha de defesa dos interesses corporativos". Nestas condições, os métodos de "educação" perdem qualquer sentido. Aqui é necessário não o "enfoque terapêutico", mas o "cirúrgico", que consiste, antes de mais nada, na liquidação dos órgãos desnecessários (começando pelo Ministério da Economia Hidráulica, odiado por todo o povo, por ter causado e continuar causando prejuízo irreparável à natureza), num corte profundo do enorme aparelho parasitário e na mudança radical das suas funções. Além disso, é preciso alterar a composição do pessoal dos quadros gestores, dotar o aparelho partidário e administrativo de pessoas de mentalidade política e econômica moderna, com vastos horizontes científicos e convicções democráticas. A realização destas medidas diminuiria o número de adversários da *perestroika*, debilitando-os psicologicamente e tornando-os mais flexíveis e tratáveis.

O método de educação política também é ineficiente, quando se trata dos dirigentes da produção. Neste caso seriam necessários dois grupos de medidas: em primeiro lugar, a renovação mais ativa da sua composição mediante promoção de dirigentes mais enérgicos e modernos; em segundo lugar, a reeducação intensiva daquela parte dos quadros que, em princípio, pode adaptar-se às novas condições, mas não domina muito bem os métodos de gestão econômica. O regime de autofinanciamento e de autogestão por si próprio dividirá os dirigentes da produção entre os que sabem e os que não sabem administrar com eficiência. O mecanismo democrático de eleição dos dirigentes facilitará a promoção e a designação das pessoas mais promissoras. Como resultado, a composição dos dirigentes de unidades econômicas melhorará. Ao mesmo tempo, melhorará suas atitudes em relação à *perestroika*.

A tarefa básica da estratégia social em relação à massa de trabalhadores consiste em transformá-la de mero observador em força motriz da *perestroika*. A tensão da luta social em torno da *perestroika* cresce. As for-

ças sociais compreendem de maneira mais clara os seus interesses, defendem-nos mais ativamente, consolidam-se e se organizam. Nestas condições, o êxito final da reforma depende da posição e da conduta de cada membro da sociedade. Não há garantia incondicional do êxito da *perestroika* — ele pode ser garantido apenas através dos esforços do povo, de sua decisão de seguir até o fim. Desde que tal decisão exista, qualquer tentativa dos políticos de renunciar à linha escolhida e voltar aos antigos métodos de gestão provocará uma resistência ativa das massas. É esta a única garantia possível da irreversibilidade das mudanças.

Mas como conseguir o apoio das massas à *perestroika*, quando durante décadas os cidadãos do nosso país foram educados em obediência incondicional e temor, e quando quaisquer formas de autonomia e iniciativa eram esmagadas e punidas severamente? No período da estagnação e mais ainda durante o stalinismo, quando todo o mundo dizia uma coisa, pensava-se outra e se fazia uma terceira, a vida do país estava impregnada de hipocrisias e de mentiras. A parte mais evoluída e ativa da população se alienava dos objetivos e dos valores sociais, restringia-se à vida pessoal, à acumulação de bens, à procura de impressões fortes etc. Agora a sociedade soviética paga por ter tolerado tanto tempo a sua hipocrisia moral. Pois uma parte significativa de pessoas, que obtiveram a possibilidade de se incorporar à vida social, não procura aproveitá-la, preferindo permanecer numa posição evasiva do tipo: “quem viver, verá”. Estas pessoas ouviram durante a sua vida demoradas promessas sedutoras e vivenciaram muitas mudanças que não conduziram a melhoria alguma.

Chega-se, assim, a um círculo vicioso: para que a *perestroika* dê resultados reais é preciso ativar a população. Mas isso requer, por sua vez, que as pessoas vejam mudanças positivas reais na sua própria vida. Há uma saída deste círculo? Creio que sim e que ela consiste na democratização radical das relações sociais. O primeiro passo neste sentido é a transparência em toda a vida social, a garantia do acesso livre dos cidadãos a todos os tipos de informação, a discussão na ampla imprensa dos problemas mais críticos da vida, a revelação de todos os “segredos do sistema administrativo”, incluindo os mais “candentes”, como, por exemplo, o sistema de privilégios e vantagens concedidos a diferentes grupos de trabalhadores, os princípios e procedimentos de distribuição de residências, de mercadorias deficitárias etc.

É necessário reconhecer que, por enquanto, a transparência está longe de ser plena e geral. Mantém-se o “tabu” da discussão de questões melindrosas como, por exemplo, a situação na região de Nagorno Karabakh e na Armênia, as funções dos órgãos da KGB⁶, os méritos e defeitos do sistema unipartidário, as posições individuais dos membros do Bureau

Político do Comitê Central do PCUS a respeito de discussões atuais de desenvolvimento social etc. Mas, apesar de tudo, a transparência ganha vulto e se aprofunda abrangendo novos domínios. Questões em que há apenas um ano as pessoas mal se atreviam a pensar, são hoje abertamente discutidas na imprensa.

Como resultado, verifica-se uma ativação e politização notáveis da consciência e da conduta das massas. Isto se manifesta no surgimento de milhares de organizações, movimentos e associações informais, grande parte dos quais possuem um matiz evidentemente político, na formação em várias repúblicas (incluindo a Federação Russa), assim como em Moscou, em Leningrado e em várias outras cidades, de Frentes Populares de Cooperação com a perestroika, na brusca agudização e na ampla discussão dos problemas nacionais, ecológicos e sociais, antes ocultos; na utilização por certos grupos de trabalhadores de métodos incomuns para a nossa sociedade de defesa dos seus interesses, como, por exemplo, greves, greves políticas, de fome e, até auto-imolações pelo fogo; na frequência incomum de comícios, desfiles de rua e passeatas realizados com lemas políticos e no número dos seus participantes.

Cresce a energia política e social das massas; elas se pronunciam de uma forma cada vez mais firme a favor da *perestroika*, buscam a ação autônoma e a participação direta na transformação da sociedade. A reforma iniciada “em cima” adquire determinadas chances de unir-se com a revolução social que vem “de baixo”.

6. Comitê de Segurança do Estado (N. da T.).